



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 567/2026

Torna-se público que a **SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA - SAEC**, realizará licitação, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decreto Municipal nº 8.544/2023 (disponível em <http://leismunicipa.is/0h1ms>) e Portaria n.º 43/2024 (disponível em <https://www.saec.sp.gov.br/site/index.php/legislacao/>) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Quadro 1: Modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa da licitação.

Modalidade e Forma	Concorrência Eletrônica
Apresentação de Proposta	Até 14/05/2026 às 09h00 (horário de Brasília)
Abertura da licitação	14/05/2026 às 09h05 (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	<input type="checkbox"/> Menor Preço Global
Modo de Disputa	<input type="checkbox"/> Aberto
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	R\$ 1.000,00 (incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta)
Critério de Lances	<input type="checkbox"/> Valor Global do Objeto
Participação de ME/EPP	<input type="checkbox"/> Sem Cota reservada ou exclusiva
Permitida a participação de consórcio	<input type="checkbox"/> Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> Não
Exigências à vencedora	<input type="checkbox"/> Proposta Atualizada <input type="checkbox"/> Documentos de Habilitação <input type="checkbox"/> Visita Técnica ou Declaração Substitutiva <input type="checkbox"/> Habilitação Técnica <input type="checkbox"/> Caução Garantia para Assinatura de Contrato
Valor Estimado da Contratação	R\$ 1.903.827,84 (um milhão, novecentos e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos)
Sistema Eletrônico	Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	www.saec.sp.gov.br ; https://imprensaoficialmunicipal.com.br/catanduva ; http://transparencia.saec.sp.gov.br:8079/transparencia/ ; www.bll.org.br
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	www.bll.org.br

1. DO OBJETO



1.1. O objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÕES PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, CONTINUADOS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM EQUIPE FIXA E EVENTUAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS POSTOS DE SERVIÇOS, COM UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS, INSUMOS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS** a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de acordo com os documentos que integram o Termo de Referência constantes do Anexo III, integrante do Edital.

1.2. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).

2.2. A participação do licitante na concorrência se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, através de manifestação de operador formalmente designado.

2.3. O acesso do operador à Concorrência, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. O licitante se compromete a:

2.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;



2.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

2.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil”, utilizar o suporte técnico através do telefone (41) 3097 4600 ou através do e-mail contato@bll.org.br.

2.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.9.1. será aplicado os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e às empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.9.2. O(s) item(ns) e lote(s) de valor(es) estimado(s) até R\$ 80 mil e aquele(s) relacionado(s) a aquisição de bem(ns) de natureza divisível, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 poderão ser exclusivos ou poderão contar com cota de 25% exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposição constante no quadro constante do preâmbulo deste edital e Termo de Referência.

2.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

2.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

2.10.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

2.10.4. reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema (caso a funcionalidade esteja disponível), que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.5.3. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas readequadas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.1.1. Valor unitário e total;

4.1.2. Quantidade;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Tratando-se de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.
- 4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do Agente de Contratação em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.



5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que



transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.12, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



5.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema da Concorrência.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.19.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Após a convocação do agente de contratação, a empresa terá o prazo de **10 (dez) minutos** para responder à negociação.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos habilitatórios conforme disposto no item 7.6.

5.21.1. Deverá ser apresentada ainda, a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, observando o modelo de planilha sempre que disponibilizado pelo órgão, sob pena de não aceitação da proposta.

5.21.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



5.22. Após o envio da proposta readequada, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.23. A qualquer momento, o Agente de Contratação poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat. Referido prazo não será superior a 48 horas e poderá ser prorrogado, a critério do Agente de Contratação, conforme informação a ser consignada no chat.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.4.1. Conforme disposto no §1º do art. 27 da Portaria n.º 43/2024, serão considerados para efeito de classificação das propostas finais e avaliação da exequibilidade e de sobrepreço o preço global, os quantitativos e os preços unitários, não sendo admitido, portanto, que os valores finais de um item sejam superiores aos valores apurados pela Autarquia.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. conter vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

6.7. Se mesmo com as comprovações apresentadas pela licitante ainda houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.8.2. Será feita uma única convocação via sistema para realização do ajuste supracitado. Caso os erros de preenchimento não sejam sanados a proposta será desclassificada.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no Anexo I deste edital.

7.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



7.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

7.4. A documentação exigida para fins de habilitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido pelo órgão promotor da licitação, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados sob pena de inabilitação.

7.4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação e os produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

7.5. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6. Os documentos do licitante não cadastrado no órgão promotor da licitação ou de documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados em referido registro cadastral, nos termos do item 7.4 deste edital, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, juntamente com a proposta readequada conforme disposto no item 5.21.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

7.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição



preexistente, fica autorizado o agente de contratação, agente de contratação ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.6.

7.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

7.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

7.10.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

7.11. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 71, IV da Lei n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

8.1.1. O certame apenas será homologado/adjudicado para as pessoas jurídicas que atuarem no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

8.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as



certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

8.3. Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.3.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CONTRATANTE, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

8.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor do contrato, a qual deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato conforme o item 3.18 do Termo de Referência (anexo III do edital).

8.5. Juntamente com o instrumento contratual, a empresa deverá assinar o Termo de Ciência e de Notificação, Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP e apresentar o comprovante de cadastro no CadTCESP.

8.6. A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sendo que este disposto se aplica inclusive aos licitantes remanescentes, que não aceitarem a convocação, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

9. DOS RECURSOS

9.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

9.2.2. o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

9.2.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser



realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.4. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

10.3.1. para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15%.

10.3.2. para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30%.

10.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

10.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.



10.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

10.8. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

10.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à autarquia.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

11.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico da concorrência indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial da SAEC e no sistema eletrônico da concorrência, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, salvo quando inquestionavelmente esta não interferir na elaboração de proposta por parte dos licitantes.



12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes desta licitação onerarão a seguinte dotação orçamentária do corrente exercício 2026 - Nota de Reserva Orçamentária nº 486, Ficha 16, Unidade 050100, Funcional 17.512.0018.2059.0000, Categoria Econômica 3.3.90.39.00, Código de Aplicação 110 000, Fonte de Recurso 0 0400.

12.2. O valor estimado é de R\$ 1.903.827,84 (um milhão, novecentos e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos).

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial do órgão promotor da licitação e na plataforma eletrônico da Concorrência.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



- 13.11.1. ANEXO I - Documentos de Habilitação
- 13.11.2. ANEXO II - Minuta do Contrato
- 13.11.3. ANEXO III - Termo de Referência

Catanduva, 28 de abril de 2026.

MARCO ANTONIO MACHADO
Superintendente SAEC



PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 567/2026
ANEXO I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66 DA LEI 14.133/2021)

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual - MEI, tratando-se de MEI.

1.1. O documento deverá ser apresentado com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (ART. 68 DA LEI 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.



3. **HABILITAÇÃO TÉCNICA (ART. 67 DA LEI 14.133/2021)**

- a) Prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente, conforme o item 8.1.1 do Termo de Referência (Anexo III do edital);
- b) Prova de capacidade técnica operacional nos termos do item 8.1.2 do Termo de Referência (Anexo III do edital) conforme quantitativo descrito pela parcela de maior relevância indicada nos itens 8.1.2.1 e 8.1.2.2. do mesmo anexo;
- c) Prova de capacidade técnica profissional conforme os itens 8.1.3 ao 8.1.3.2 do Termo de Referência (Anexo III do edital);
- d) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

d1) O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone (17) 3531- 0600 ou pelo e-mail: saec@saec.sp.gov.br, joao.meneghelli@saec.sp.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes, conforme o item 8.2.1 do Termo de Referência (anexo III do edital).

d2) Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno conhecimento do local e das condições e peculiaridades da realização do serviço objeto da contratação, conforme os itens 8.2 ao 8.2.5 do Termo de Referência (Anexo III do edital).

4. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69 DA LEI 14.133/2021)**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5. **OUTRAS COMPROVAÇÕES**

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante (em caso de indisponibilidade da funcionalidade descritas no item 3.3. do edital), elaboradas em papel timbrado, atestando que:

- a) atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);



- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município (endereço eletrônico www.catanduva.sp.gov.br e <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/catanduva>);
- g) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) no caso de licitante organizado em cooperativa: cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, salvo por realização de nova finalidade, cuja hipótese de tratamento seja "para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador", conforme art.7,II da Lei 13.709/2018.



ANEXO I - A
MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: **PROCESSO N.º** / - **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º** /

Empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/catanduva>;
- g) **no caso de empresas em recuperação judicial**: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do



processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

h) **no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte:** a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

i) **no caso de licitante organizado em cooperativa:** cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item **2.10** do edital;

k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, salvo por realização de nova finalidade, cuja hipótese de tratamento seja "para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador", conforme art.7,II da Lei 13.709/2018.

, de de .

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 567/2026

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO

A SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA - SAEC, com sede na Rua São Paulo, nº 1.108, CEP 15.804-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.559.279/0001-00, neste ato representada pelo seu Superintendente (**dados completos**), doravante denominado CONTRATANTE, e a inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº **567/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº/202x, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÕES PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, CONTINUADOS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM EQUIPE FIXA E EVENTUAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS POSTOS DE SERVIÇOS, COM UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS, INSUMOS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, a **serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, Decreto Municipal nº 8.544/2023 e Portaria 43/2024.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ ()

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado



providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.4. Caberá ainda ao contratado apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e sempre que solicitado pela Administração, sob pena de multa, as seguintes comprovações:

5.4.4.1. no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) o recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

b) o recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) o pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) o pagamento do 13º salário;

f) a concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) a realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) os eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) o encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;

j) o cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) o cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

5.4.4.2. No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;



- b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
- c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
- d) comprovante da aplicação do FATES - Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;
- e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
- f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

5.4.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.5.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.5.2. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.5.3. Quando o contratado não comprovar sua regularidade fiscal mediante apresentação das competentes certidões, havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.5.3.1. Quando a irregularidade constatada for quanto a falta de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhistas, por força do disposto no art. 121, §3º, II da Lei n.º 14.133/2021, não haverá pagamento ao contratado até que haja a regularização da situação.

5.4.5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (ART. 92, V)



- 6.1. Para os custos decorrentes do mercado os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **06/03/2026**.
- 6.2. Após o interregno de um ano a contar da data referida acima, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V E X)

- 7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da parcela relativa à mão de obra, após o interregno de um ano da convenção coletiva, mediante solicitação do contratado.
- 7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).
- 7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os



acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

7.8. A contratado efetuará a comprovação da variação dos custos de mão de obra por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.12. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.13. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.



- 7.14. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.15. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).
- 7.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.17. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.18. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.19. Caso tenha sido prestada, o contratado deverá complementar a garantia contratual, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.20. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.21. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Decreto Municipal nº 8.544/2023 e Portaria 43/2024;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



8.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.7. Cientificar a assessoria jurídica do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

8.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

8.1.12. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.1.12.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.12.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.1.12.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.1.12.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.12.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.1.12.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**



9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município;

b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais



previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não



seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.1.24. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.1.25. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.1.26. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.1.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador.

9.1.28. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.29. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.1.30. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.1.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



9.1.33. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.1.34. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.1.35. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.1.36. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.1.37. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.1.38. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.1.38.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a %.

9.1.38.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

9.1.38.3. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.1.38.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.1.38.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.



9.1.38.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.1.38.4.

9.1.38.7. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.1.38.8. Comprovação do vínculo profissional do responsável técnico, nos termos da Súmula 25 do TCESP, conforme o item 8.6 do Termo de Referência (Anexo III do edital).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, LEI Nº 13.709/2018)

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para a(s) finalidade(s), “Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador e Execução de contrato ou de procedimentos preliminares”, Art. 7º, incisos II e V da Lei nº 13.709/2018, que justificaram seu Tratamento (Definição de Tratamento: Art. 5º, inciso X da Lei nº 13.709/2018), e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade caução, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme o item 3.18 do Termo de Referência (Anexo III do edital).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);



12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, todos do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

12.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

a1) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º dia, a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo ao item a);

a2) atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021;

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

12.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



12.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.6. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

13.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.



13.4. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.5. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.6. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.7. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.7.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.9. O contratante poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes desta licitação onerarão a seguinte dotação orçamentária do corrente exercício 2026 - Nota de Reserva Orçamentária nº 486, Ficha 16, Unidade 050100, Funcional 17.512.0018.2059.0000, Categoria Econômica 3.3.90.39.00, Código de Aplicação 110 000, Fonte de Recurso 0 0400.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (ART. 92, §1º)

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Catanduva-SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.



18.2. E por estarem justas e contratadas as partes firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas de direito

Catanduva-SP, ____ de _____ de 202X.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 567/2026

ANEXO III - TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÕES PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, CONTINUADOS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM EQUIPE FIXA E EVENTUAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS POSTOS DE SERVIÇOS, COM UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS, INSUMOS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS**, conforme condições estabelecidas no presente Edital.

1.1. CLASSIFICAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO

Considerando as definições constantes nos incisos: XI, XIV, XV e XVI, do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, o objeto pretendido enquadra-se como serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos”

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação para elaboração do presente Edital é dar prosseguimento às atividades relacionadas ao tratamento dos esgotos da cidade de Catanduva.

Para atender imediatamente a continuidade de tais atividades, faz-se necessário a contratação de empresa de engenharia com mão de obra especializada, pois a autarquia não possui em seu quadro funcional corpo técnico suficiente, nem em quantidade, nem com expertise para realização das atividades e demais serviços de operação e manutenção da estação de tratamento de esgoto (ETE) do município de Catanduva, denominada ETE Catanduva, que inclui, além desta, a estação elevatória de esgotos brutos (EEEB).

Os serviços são de natureza contínua e considerados imprescindíveis para a funcionalidade e ininterrupção dos serviços, dada a necessidade de operação e manutenção no complexo, e que



desta forma, atendem aos preceitos da manutenção do Patrimônio Público, evitando a paralização dos trabalhos e atividades relacionados ao tratamento, mantendo condições básicas de saúde e de segurança, objetivando atendimento às legislações pertinentes e o ambiente salubre a toda a população de Catanduva.

Toda mão de obra e demais itens descritos no Termo de Referência são necessários no complexo da ETE.

Buscamos desta maneira, assegurar a eficiência no tratamento do esgoto da cidade, prevenir danos ao meio ambiente e garantir a qualidade da água lançada no Rio São Domingos.

A demanda está inserida no grupo “Serviços”, sob a sequência 115, com classificação da despesa como “Global”, 2026, tendo como objeto da licitação “Serviços de pré operação ETE”.

No referido ETP, concluiu-se que é imperativo contratar empresa especializada para a realização da operação e manutenções na ETE, em virtude da necessidade técnica do objeto, da ausência de recursos humanos especializados próprios e da necessidade de assegurar a adequada preparação para as etapas de licitação e execução.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Função	Qtd	Carga Horária
Gerente geral	01	100 horas mensais
Supervisor de Operação e Manutenção	01	Mês
Montador de máquinas	01	Mês
Eletricista de manutenção	01	Mês
Técnico em lab. Água e esgoto	02	Mês
Operador de ETE/CCO/Lodo	08	Mês
Ajudante especializado	02	Mês
Pedreiro	01	100h/mês
Servente de obras	01	100h/mês
Serralheiro	01	72h/mês



3.1. LISTA DE SIGLAS E DEFINIÇÕES GERAIS

3.1.1. Apresenta-se a seguir as definições gerais e as siglas utilizadas neste termo de referência:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CRQ	Conselho Regional de Química
CCO	Centro de Controle Operacional
DBO5 /dia 20° C	Demanda Bioquímica de Oxigênio no quinto dia a vinte graus centígrados
DQO	Demanda Química de Oxigênio
ETE Catanduva	Estação de Tratamento de Esgotos de Catanduva
EEEB	Estação Elevatória de Esgotos Brutos
Kg	Quilograma
L/s	Litros por segundo
LO	Licença de Operação
N°	Número
NBR	Normas Brasileiras Registradas
NH3	Amônia
OD	Oxigênio Dissolvido
pH	potencial Hidrogeniônico
SAEC	Superintendência de Água e Esgoto de Catanduva
SS	Sólidos em suspensão
ST	Sólidos totais

3.1.2. DEFINIÇÕES GERAIS

Apresenta-se a seguir as definições dos termos e as expressões utilizadas neste Edital.

A. Equipe fixa

Aquela considerada nos serviços contínuos e de natureza comum dentro dos postos de trabalho



no complexo da ETE, e que mostrada no quadro a seguir.

B. Empresa Especializada

Considera-se especializada a empresa que apresentar documento comprobatório, reconhecido pelo CAU/CREA, cujos atestados devem ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de operação e manutenção de sistemas Tratamento de Água e Esgoto.

Essa comprovação se aplica a empresa e seu responsável técnico que tenha exercido, isolados ou conjuntamente, ou estão exercendo, serviços técnicos de engenharia, simultaneamente envolvendo as atividades mencionadas acima.

C. Estação Elevatória de Esgoto Bruto (EEEB)

Equipamentos eletromecânicos interligados a um conjunto de canalizações e conexões destinado a elevar a água ou esgoto de pontos mais baixos para pontos mais elevados.

D. Estação Tratamento de Esgoto (ETE)

Conjunto de unidades de tratamento, equipamentos, órgãos auxiliares e acessórios, cuja finalidade é a diminuição das cargas poluidoras de esgoto sanitário e o condicionamento da matéria residual resultante do tratamento.

E. Manutenção corretiva

Técnica de eliminação de falhas ocorridas durante o tempo de operação normal.

F. Manutenção preditiva

Técnica de prevenção da eliminação de falhas ocorridas antes do tempo de operação normal.

G. Manutenção preventiva

Técnica de prevenção da eliminação de falhas ocorridas antes do tempo de operação normal.

H. Serviços eventuais

São serviços pontuais não previstos nos planos de manutenção preventiva, preditiva nem corretiva, compostos de pequenas intervenções que não se caracterizem como reforma ou construção, decididos pela contratante, com a utilização da mão de obra eventual prevista em contrato, sendo remunerados por horas trabalhadas.



I. Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)

Conjunto de canalizações e conexões de coleta, afastamento e estação de tratamento dos esgotos sanitários.

3.1.3. Município de Catanduva:

O Município de Catanduva tem cerca de 125.000 habitantes e está localizado na região centro-norte do Estado de São Paulo, distando cerca de 400 km da capital paulista. A área total do município é de 290.596 km² e a altitude média é 503 m, a uma latitude de 21°8'16" sul e a uma longitude de 48°58'22" oeste.

Segundo o IBGE (2021), a população estimada de Catanduva é de 123.114 mil habitantes (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/catanduva.html>).

O município de Catanduva faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Turvo (UGRHI15), que tem como um dos seus principais afluentes o Rio São Domingos, o qual atravessa a área urbana da sede municipal, conforme ilustrado na Figura 1.

3.1.4. ETE CATANDUVA

A capacidade da ETE é de 32.700 m³/dia até o ano de 2040 (Serec, 2019), suficientes para o atendimento de uma população de até 180 mil pessoas. Está localizada à margem da Rodovia Vicinal Vicente Sanches, Km 5, no sentido de Catanduva para Catiguá, nas seguintes coordenadas:

- Latitude: 21° 06' 53,42"S;
- Longitude: 48°59' 49,69"O.

O esgoto produzido na cidade é coletado pelas redes coletoras e transportado até a estação elevatória de esgotos brutos – EEEB – por um sistema de coletores-tronco e interceptores, construídos ao longo dos cursos d'água secundários que cruzam a cidade e, emissário final, ao longo do Rio São Domingos. Na entrada da EEEB os efluentes passam pelo gradeamento grosseiro, antes de ser bombeado para a estação de tratamento de esgotos – ETE. Este gradeamento é efetuado para a proteção das 4 (quatro) bombas submersíveis, com potência de 250 CV cada uma, instaladas na EEEB e que promovem a condução dos esgotos até o tratamento. Os sólidos retidos (areias e outros material sólidos) são enviados para aterro sanitário.



Figura 1: Implantação geral do complexo da ETE.

Na ETE, o efluente passa inicialmente por um tratamento preliminar, composto por outro gradeamento fino, onde são retidos os sólidos de menores dimensões ainda presentes, um canal onde é feita a medição da vazão através de medidor Parshall e, finalmente, por dois desarenadores onde é feita a retenção de areia. Os desarenadores são dotados de removedores circulares e extratores de areia do tipo parafuso. Após a desarenação o efluente é conduzido para duas lagoas aeradas para o tratamento biológico propriamente dito.



Foto 02: Arquivo próprio SAEC, 2015.

Legenda

- 1- Lagoas aeradas através de injeção de ar difuso, bolhas finas;
- 2- Cabine de alta tensão e medição ENERGISA;
- 3- Casa de sopradores, composto por sete sopradores (6+1), tipo root's, para produção de ar para tratamento do esgoto, marca KAESER;
- 4- Gradeamento fino e desarenadores (roscas helicoidais e raspador de areia), tratamento preliminar de esgoto;



- 5- Sede da central de controle operacional e laboratório de análises (controle automatizado de toda planta, com leitura de parâmetros e acionamento de motores do processo de tratamento do esgoto);
- 6- Lagoas de decantação de lodo (estágio secundário do tratamento do esgoto);
- 7- Estrada vicinal Catanduva/Catiguá (estrada de acesso a planta).

O processo de tratamento é o de lagoas aeradas seguidas de lagoas de sedimentação. O sistema de aeração é por ar difuso, com difusores de bolhas finas do tipo de membranas flexíveis montados em cadeias flutuantes e oscilantes, alimentadas com ar comprimido proveniente da Casa dos Sopradores, através de 7 (sete) sopradores “Roots” de 150 CV cada um, sendo 3 (três) para cada lagoa aerada e um para reserva. A aeração é controlada por sondas de oxigênio dissolvido instaladas nas lagoas e que regulam a quantidade e a rotação dos sopradores em operação, para manutenção de um teor de oxigênio pré-estabelecido. Nestas lagoas aeradas é promovida a fase aeróbia do processo de tratamento onde ocorre a oxidação da matéria orgânica presente no esgoto.

Das lagoas aeradas o efluente é enviado para duas lagoas de sedimentação onde ocorre a decantação dos sólidos suspensos para a sua estocagem e estabilização no fundo das lagoas na forma de lodo. Dessas lagoas o efluente líquido tratado é enviado para uma escada hidráulica para a pós-aeração, antes do lançamento final no Rio São Domingos, com remoção de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) da ordem de 90%. O efluente tratado é lançado com teor de 7 (sete) mg/L de oxigênio dissolvido.

Futuramente a estação de tratamento será dotada de um sistema de remoção e desidratação mecânica do lodo acumulado que será, posteriormente, enviado para disposição final em aterro sanitário.

3.1.4.1. A ETE Catanduva funciona basicamente com a remoção de DBO dos esgotos brutos superior a 80% e possui as unidades conforme descritas:

- Elevatória de Esgoto Bruto com gradeamento grosseiro mecanizado na entrada da elevatória;
- Tratamento Preliminar através de grades e desarenadores mecanizados;
- Tratamento biológico aeróbio, formado por duas lagoas aeradas seguidas de duas lagoas de decantação e uma casa de sopradores;
- Pós-aeração através de escada hidráulica aproveitando o desnível existente entre a saída do tratamento biológico e o rio.



- Unidades auxiliares: uma portaria; uma casa de operação, oficina, um reservatório elevado metálico; e duas subestações de eletricidade em alta tensão.

3.1.4.2. As características finais do efluente final da ETE, conforme estabelecido na licença ambiental:

- DBO solúvel: ~20 a 25 mg/l
- DBO: ~30 a 40 mg/l
- SS: ~30 a 40 mg/l
- SSV: ~23 a 30 mg/l
- OD: ≥ 4 mg/l
- Nitrogênio amoniacal: ~ 12 mg/l no início do plano e 27 mg/l no fim de plano*
- Coniformes fecais: $\sim 4,4 \cdot 10^6$ NMP/100ml.

3.2. A CONTRATADA deverá operar e manter adequadamente a ETE Catanduva garantindo que os efluentes líquidos tratados atendam às exigências dos artigos 13 e 18 do Regulamento da Lei Estadual nº 997/76, aprovado pelo Decreto n.º 8.468/76, e suas alterações, bem como atender aos padrões fixados nos Art. 17 e 34 da Resolução CONAMA n.º 357/05 e suas posteriores complementações, alterações e modificações.

3.2.1. Para execução dos serviços serão apresentados os itens relacionados a seguir:

3.2.1.1. As plantas dos projetos civis, hidromecânicos e elétricos e de automação;

3.2.1.2. As dimensões, características, o estado e o funcionamento de todos os equipamentos e sistemas eletro/eletrônicos e de automação em funcionamento;

3.2.1.3. Os manuais técnicos e descritivos de instalação, manutenção e operação dos equipamentos;

3.2.1.4. Relatório da SAEC.

3.3. PROGRAMAS E RELATÓRIOS

A seguir, são detalhados os Programas de manutenção e operação; de monitoramento e de descarte de resíduos, para serem apresentados à SAEC, após o terceiro (3º) mês do início dos serviços e sendo revisados no sexto (6º) e no décimo segundo (12º) mês:

3.3.1. Elaborar o **Programa de manutenção (preditiva e preventiva) e operação da ETE Catanduva**, (o qual será o Manual de Operação e Manutenção), definindo e fornecendo as orientações sobre a operação do sistema de tratamento, manutenção corretiva dos



equipamentos (pela SAEC), rotinas operacionais, check lists para avaliação do sistema, monitoramento do CCO, automação, entre outros. Incluir neste plano, as providências quanto ao atendimento a situação de emergência, para casos de rompimentos, rupturas, derramamentos, vazamentos e outros tipos de acidentes graves com probabilidade de ocorrência na operação da ETE Catanduva.

As rotinas de manutenção preditiva e preventiva dos equipamentos e operação deverão seguir as orientações previstas nos manuais, nos catálogos do fornecedor de cada equipamento instalado, com respectivas documentações técnicas elétricas e mecânicas e os projetos da ETE Catanduva.

O Manual de Operação e Manutenção deverá ser encadernado em pasta do tipo brochura, em duas vias, e sua elaboração e digitação deverá seguir as regras da ABNT, contendo capa, sumário, metodologias adotadas nos serviços, recomendações e relatórios fotográficos.

3.4. ATIVIDADES MÍNIMAS DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREDITIVA E PREVENTIVA

3.4.1. Inspeções diárias nas unidades e equipamentos verificando as condições de funcionamento, existência de vazamentos e anomalias (ruídos estranhos, vibrações e aquecimento não previstos), com emissão de relatórios conforme 3.5, informando o histórico de manutenção de cada equipamento, os prazos de garantia de trocas e/ou serviços de manutenção de cada parte específica dos equipamentos, substituição de peças de reposição, registro de peças afetadas, e a ocorrência de problemas imprevistos e quebras relacionadas a desgastes previsíveis;

3.4.2 Cadastro de todos os equipamentos eletromecânicos (conjuntos motobombas, redutores, válvulas, comportas, compressores, aeradores, etc.), contendo dados de placa do fabricante e dados de seus componentes;

3.4.3. Diagrama de potência e comando de todos os painéis de acionamento dos equipamentos instalados;

3.4.4. Realização de paralisações programadas, temporárias e prolongadas, de cada unidade (poços de sucção, canais, caixas, tanques, etc) ou equipamento para as realizações de limpezas, inspeções e manutenções minuciosas;



3.4.5. Na necessidade de substituição de equipamentos existentes, quando pertinentes, os novos equipamentos deverão ser de igual qualidade ou superior;

3.4.6. Auxiliar na retirada de equipamentos para manutenção abrangendo: fechamento de registros de manobra; desacoplamento de juntas elásticas, peças especiais e elementos de conexão; desaperto de chumbadores ou outros dispositivos de fixação; retirada do equipamento e movimentação com ajuda de um guindaste portátil ou da talha elétrica e monovias existentes;

3.4.7. Inspeções periódicas e eventuais reparos de estruturas civis, equipamentos, e acessórios, tais como grades, guarda-corpos de proteção e passadiços metálicos, relacionados à ocorrência de pontos de corrosão, desgastes anormais, fissuras e escoriações superficiais;

3.4.8. Calibração, aferição e lubrificação de todos os equipamentos, quando pertinentes;

3.4.9. Serviços de limpeza de calhas, calhas parshall, desarenadores, esteiras, correias, etc;

3.4.10. Pintura, revestimento, e proteção das estruturas acessórias e de partes específicas dos equipamentos;

3.4.11. Rodízio de equipamentos de reserva;

3.4.12. Providências para que sejam executadas manutenções mais complexas por pessoal externo e/ou pela SAEC;

3.4.13. Nivelamento de vertedores dos desarenadores, caixas de areia, comportas, etc;

3.4.14. Efetuar a triagens e separação de resíduos do gradeamento e dos desarenadores;

3.4.15. Efetuar a batimetria nas lagoas de decantação, verificando o acúmulo de lodo ao longo do período de operação e manutenção;

3.4.16. Verificar Óleos, filtros e correias dos geradores de ar.

3.5. CONTEÚDO MÍNIMO DOS RELATÓRIOS MENSAIS



3.5.1. Descrição detalhada de todas as atividades de operação, problemas, diagnósticos, prognósticos, soluções e recomendações;

3.5.2. Medições de vazões de esgoto bruto e efluente tratado, de forma regular e contínua, ao longo das 24hs/dia, através de sensor ultrassônico nas respectivas calhas Parshall de entrada e saída da ETE, totalizando automaticamente todos os volumes diários e mensais. Em caso de falhas no sensor ultrassônico, realizar medições horárias de vazão manualmente;

3.5.3. Remoção de sólidos grosseiros nas grades da Estação Elevatória de Esgotos Brutos, em m³/dia, m³/mês, e em litros de sólidos por metro cúbico de esgoto afluente. Calcular peso específico (Kg/m³), teor de umidade (%), e teor de resíduo fixo (mg/L) e matéria orgânica (mg/L);

3.5.4. Remoção de sólidos finos nas peneiras, em m³/dia, m³/mês e em litros de sólidos por metro cúbico de esgoto afluente. Calcular peso específico (Kg/m³), teor de umidade (%), e teor de resíduo fixo (mg/L) e matéria orgânica (mg/L);

3.5.5. Remoção de areia nos desarenadores, em m³/dia, m³/mês, e em litros de areia por metro cúbico de esgoto afluente. Calcular peso específico (Kg/m³), teor de umidade (%), e teor de resíduo fixo (mg/L) e matéria orgânica (mg/L);

3.5.6. Tempo de detenção hidráulica e taxa de escoamento superficial nas caixas de areia e dos decantadores, Taxa de escoamento dos vertedores, Oxigênio dissolvido no tanque de aeração e efluente final, relação A/M, entre outros índices operacionais;

3.5.7. Resultados de determinações analíticas de laboratório para os parâmetros no esgoto bruto afluente à ETE, esgoto após gradeamento, esgoto após caixa de areia, esgoto após decantadores e esgoto tratado, bem como amostras do Rio São Domingos a montante e jusante do lançamento da ETE Catanduva. Em todas as unidades, realizar coletas de amostras simples e compostas, e na periodicidade/frequência, discriminados na Tabela 1, a seguir;

3.5.8. Quantidades (kg/dia) e dosagens (mg/L) de produtos químicos utilizados nas diversas etapas do processo de tratamento, bem como variação do nível de estoque;

Verificação da temperatura dos motores elétricos, amperímetros;

Verificação de filtros, correias e mancais, etc;

Realizar a batimetria nas lagoas de decantação para verificar o acúmulo de lodo.

3.6. RELATÓRIO DE CUSTOS MENSAIS



3.6.1. A CONTRATADA deve elaborar Relatórios de Custos mensais de operação e manutenção, para cada unidade da ETE Catanduva e apresentar a SAEC, com discriminação por itens de custos e despesas, conforme relação mínima a seguir:

3.6.1.1. transporte e disposição final de resíduos do gradeamento grosseiro, resíduos da grade fina/peneira, areia dos desarenadores;

3.6.1.2. energia elétrica, com demonstrativo completo dos valores de demanda, consumo e ultrapassagem, explícitos em registrados, contratados e faturados, no período seco e úmido, em ponta e fora de ponta, e expressos em kWh/m³, kWh/kgDQO removida, R\$/kWh, e R\$/m³;

3.6.1.3. materiais e serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva (conservação e substituição de peças de reposição, componentes, partes e materiais necessários ao bom funcionamento dos equipamentos eletromecânicos instalados);

3.6.1.4. consumo de água potável;

3.6.1.5. monitoramento e análises laboratoriais;

3.6.1.6. telefone e rádio;

3.6.1.7. veículos para circulação interna;

3.6.1.8. limpeza predial;

3.6.1.9. conservação de áreas verdes (poda de grama, aceiro de cerca, roçada de mato);

3.6.1.10. vigilância diurna e noturna.

3.6.1.11. Determinação de indicadores de custos operacionais por metro cúbico de esgoto tratado, por kg de DBO removida, e por kg de DQO removida.

3.7. Elaborar um **Programa de monitoramento e desempenho da ETE Catanduva**, conforme os parâmetros a serem analisados com a frequência e abrangência das coletas (Tabela 1), com no mínimo de 02 (duas) campanhas semestrais, amostragens, análises e rotinas laboratoriais, check lists para avaliação da eficiência do sistema de tratamento, do atendimento aos padrões legais de emissão, bem como do impacto do lançamento no corpo receptor, observando os padrões de qualidade estabelecidos na legislação de controle de poluição das águas do rio. Cada unidade do sistema de tratamento deverá ser monitorada segundo coletas de amostras e determinações analíticas específicas, de maneira a permitir uma avaliação de seu desempenho isolado, bem como do conjunto do sistema de tratamento, de acordo com as determinações dos projetos e dos órgãos de controle ambiental. Todos os planejamentos, procedimentos para preservação de amostras e técnicas de amostragem devem ser feitas de acordo com a NBR 9897/87, 9898/87 e Normas Técnicas da CETESB.

Deverão constar deste plano a localização dos pontos de coleta em coordenadas UTM.



3.7.1. Os resultados das análises laboratoriais deverão ser laudados pelo laboratorista (profissional habilitado junto ao Conselho Regional pertinente), que será o responsável técnico pelos resultados apresentados, podendo ser indiciado profissionalmente e criminalmente nos casos de falsidade, não isentando a CONTRATADA das respectivas penalidades, que deverá garantir a competência técnica para a realização de ensaios e calibrações específicos (equipamentos, instrumentos e vidrarias), rastreabilidade dos resultados, promoção de boas práticas laboratoriais, e resultados analíticos de qualidade, realizando a coleta de amostras e as análises laboratoriais, seguindo o Guia Técnico de Coleta e Preservação de Amostras de Água da CETESB, atendendo às metodologias analíticas das Normas Técnicas da CETESB e do “*Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater* (21th ed. 2005 - APHA; AWWA; WEF)”, para os principais parâmetros relacionados com a operacionalidade da ETE Catanduva. Os boletins, laudos e mapas originais de resultados de análises, bem como as memórias dos cálculos analíticos, deverão ficar arquivados de maneira acessível a qualquer momento, e serem entregues semestralmente ao SAEC, devidamente encadernados em pasta de capa dura e organizados cronologicamente.

As análises das coletas de esgoto bruto, efluentes e do corpo receptor deverão ser realizadas utilizando as instalações do laboratório da casa de operação e com pessoal próprio. Semestralmente será realizada uma coleta composta para aferição dos laboratórios.

3.7.2. Comprar e manter estoque adequado de produtos químicos e reagentes especiais para utilização na ETE Catanduva e nas análises laboratoriais, arcando com os respectivos custos. O Laboratório deverá providenciar o descarte e/ou armazenamento e disposição final adequadas de produtos químicos.

3.7.3. O Manual de Monitoramento deverá ser encadernado em pasta do tipo brochura, em duas vias, e sua elaboração e digitação deverá seguir as regras da ABNT, contendo capa, sumário, metodologias adotadas nos serviços, recomendações e relatórios fotográficos.

Segue abaixo o Plano de Monitoramento, cujo escopo principal é avaliar a eficiência e qualidade do efluente tratado da ETE Catanduva, com a coleta de efluentes em dois pontos no interior da ETE e quatro pontos externos, estes ao longo do Rio São Domingos.



Os parâmetros analíticos e a periodicidade das coletas diárias, semanais, mensais nos pontos de entrada do esgoto bruto (Entrada), na saída do efluente final já tratado (Esgoto Tratado), são apresentados na Tabela 1 a seguir.

Já nos pontos à Montante (M) e à Jusante (J) do lançamento no corpo receptor, ao longo do Rio São Domingos, Classe 4 (UGRHI15), serão efetuadas semestralmente, com os parâmetros já definidos.

Apresentamos a seguir os pontos onde deverão ser feitas as coletas:

- Esgoto Bruto (Afluente) – Pré -Tratamento, antes do gradeamento fino;
- Esgoto Tratado (Efluente Final) – Escada hidráulica, após a aeração mecânica;
- Á Montante: aproximadamente 2,06Km antes do lançamento no rio São Domingos - Coordenadas: 21°07'13.11"S e 48°59'18.43"O;
- Á Jusante: Aproximadamente 5,52Km após o Lançamento no rio São Domingos - Coordenadas: 21°05'35.37"S e 49°00'53.82"O.

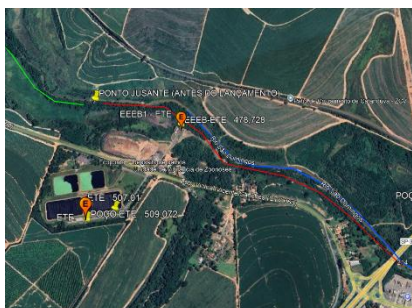


FIGURA 03: Localização dos pontos de a serem feitas coletas.

Com relação ao ponto definido como Jusante, devemos considerar que o mesmo sofre a contribuição de outras unidades potencialmente poluidoras, tais como:

- Abatedouro Antunes e Usina do Grupo Cofco: 1,5Km, após o Lançamento da ETE Catanduva.
- Usina São Domingos açúcar e etanol S/A: 2,5Km, após o lançamento da ETE Catanduva;

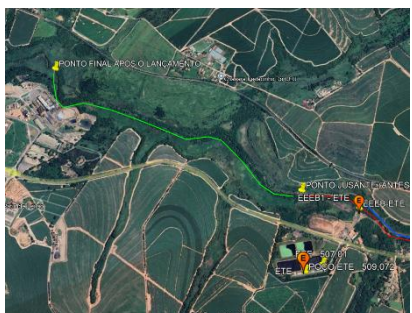




FIGURA 04 Localização do ponto final das coletas.

Tabela 1: Parâmetros a serem avaliados nas etapas do processo de tratamento e a frequência:

N	PONTOS DE AMOSTRAGEM	PARÂMETROS	FREQUÊNCIA		
			DIÁRIO	SEMANAL	MENSAL
1	<u>Esgoto Bruto</u> (Entrada)	pH	X		
		Temperatura	X		
		Cor Aparente	X		
		Cor Real		X	
		Resíduos Sedimentáveis		X	
		Sólidos Totais		X	
		Sólidos Suspensos Totais		X	
		Sólidos Suspensos Fixos		X	
		Sólidos Suspensos Voláteis		X	
		DQO		X	
		DBO		X	
		Nitrogênio Total		X	
		Nitrogênio Amoniacal		X	
		Nitrogênio Nitrato		X	
		Nitrogênio Nitrito		X	
		Fósforo Total		X	
		Sulfato Total		X	
		Surfactante			X
		Óleos e Graxas			X
2	<u>Efluente Final</u> (Esgoto Tratado)	pH	X		
		Temperatura	X		
		Oxigênio Dissolvido	X		
		Cor Aparente	X		
		Cor Real		X	
		Resíduos Sedimentáveis		X	



3	Corpo receptor à montante do Lançamento no Rio São Domingos	Sólidos Totais	X	
		Sólidos Suspensos Totais	X	
		Sólidos Suspensos Fixos	X	
		Sólidos Suspensos Voláteis	X	
		DQO	X	
		DBO	X	
		Nitrogênio Total	X	
		Nitrogênio Amoniacal	X	
		Nitrogênio Nitrato	X	
		Nitrogênio Nitrito	X	
		Fósforo Total	X	
		Sulfato Total	X	
		Surfactante		X
		Óleos e Graxas		X
		pH		X
3	Corpo receptor à jusante do	Temperatura		X
		Oxigênio Dissolvido		X
		Cor Real		X
		Resíduos Sedimentáveis		X
		Sólidos Totais		X
		Sólidos Suspensos Totais		X
		Sólidos Suspensos Fixos		X
		Sólidos Suspensos Voláteis		X
		DQO		X
		DBO		X
		Nitrogênio Total		X
		Nitrogênio Amoniacal		X
		Nitrogênio Nitrato		X
		Nitrogênio Nitrito		X
		Fósforo Total		X
4	Corpo receptor à jusante do	Sulfato Total		X
		Óleos e Graxas		X
4	Corpo receptor à jusante do	pH		X
		Temperatura		X



	Lançamento no Rio São Domingos	Oxigênio Dissolvido			X
		Cor Real			X
		Resíduos Sedimentáveis			X
		Sólidos Totais			X
		Sólidos Suspensos Totais			X
		Sólidos Suspensos Fixos			X
		Sólidos Suspensos Voláteis			X
		DQO			X
		DBO			X
		Nitrogênio Total			X
		Nitrogênio Amoniacal			X
		Nitrogênio Nitrato			X
		Nitrogênio Nitrito			X
		Fósforo Total			X
		Sulfato Total			X
		Óleos e Graxas			X
5	Lodo Lagoa de Decantação	pH			X
		Temperatura			X
		Teor de sólidos			X

Legenda:

	COLETA SIMPLES
	COLETA COMPOSTA

Observação: Coleta composta com duração de 24 horas, formadas por alíquotas de 4 em 4 horas com volumes proporcionais à vazão.

Equipamentos existentes no laboratório da ETE:

Segue abaixo relação de equipamentos existentes no laboratório da ETE. A reposição dos mesmos, quando necessário, ficará a cargo da SAEC.

Quadro 1. Equipamentos mínimos para uso no laboratório, que estão instalados no laboratório da ETE:

DESCRIÇÃO
Equipamentos de bancada
Espectrofotômetro visível DR2800



Reator DQO DRB200 15 tubos bivolt
Digestor Digesdahl - 220 V
DBO Medidor Bancada DBOTRAK 115/230VAC
Incubadora B.O.D. Mod. 411D 155 litros 220 V
Medidor OD 550A-12 pilhas
Medidor pH de Bancada
Balança analítica Denver 220 V
Bomba vácuo/compressor 220 V
Estufa esterilização secagem 200 C Mod. 400-3ND 220 V
Banho Maria 4 bocas Mod. 314-4ND 220 V
Agitador magnético c/ aquecimento Mod. 114 220 V
Capela de exaustão Evolution Mod. CE0730 60m³/min 220 V
Destilador água 2l/hora 220 V
Deionizador 50 l/h Modelo 1800
Forno Mufla 15 x 15 x 30 cm Mod. F2DM
Balança umidade Sartorius 220 V
Estufa cultura bacteriológica Mod. 410-2ND 220 V
Medidor condutividade com Kit-série 3 Star
Lâmpada ultravioleta portátil Colitag 1 un.
Manta aquecimento c/ agitação Ema 115 V
Vidrarias
Cone Inhoff vidro boro-silicato graduado 1l 1 un
Suporte Cone Inhoff PP p/3 ref 2900
Bequer forma baixa 150 ml
Bequer forma baixa 250 ml
Erlenmeyer boca estreita 250 ml
Erlenmeyer boca estreita 500 ml
Balão volumétrico Rolha Poli Classe A 100 ml
Balão volumétrico Rolha Poli Classe A 500 ml
Balão volumétrico Rolha Poli Classe A 1 l
Proveta graduada base hexagonal vidro 25 ml
Proveta graduada base hexagonal vidro 100 ml
Proveta graduada base hexagonal vidro 1 l
Pipeta graduada 5x1/10 ml
Pipeta graduada 10x1/10 ml
Pipeta graduada 25x1/10 ml
Dessecador 200 mm luva 55/38 tampa ESM diâm. int. 200 mm



Disco porcelana dessecador diâm. 180 mm furos pequenos
Bureta torneira teflon 25 ml
Pinça Bureta com Mufa regulável
Pinça Membrana em Aço Inox
Base Haste 70 cm
Frasco pé graduado 250 ml ref. 2310
Frasco pé graduado 500 ml ref. 2310
Macrocontrolador 0,1-100 ml
Escorredor 25 peças PP 50x50 cm ref. 2950
Bastão vidro 10x300 mm
Barra magnética lisa 7x20mm revest. teflon
Sistema filtração polisulfona 47mm 250 ml autoclavavel 1 un.
Kitazato saída superior tubo 500 ml
Kitazato saída superior tubo 1 l - 1 un.
Conjunto filtração 47 mm geral 1 un.
Pisseta pé s/grad. 250 ml ref. 2200 tampa azul
Pisseta pé s/grad. 500 ml ref. 2200 tampa azul
Cadinho porcelana forma baixa 75 ml diâm. 66x26x43 mm altura
Frasco coleta c/ tiosulfato Colitag CX 100 un.
Conjunto destilação uso geral
Funil Filtração Polisulfona garra autoclavavel 250ml
Manifold aço inox Torn Teflon três saídas
Reagentes
DQO reagente 0 a 1500 mg/l pct/150
Nitrogênio total reag. TNTPLUS F baixa 1-16,0 mg/l 25 testes
Conj. reagentes AMVER - 50 testes
Colitag cx. 100un.
Equipamentos, vidrarias e reagentes para análise de óleos e graxas
Estação extração expandida Speedisk 6 posições
Coluna SPE óleos e graxas 20 un.
Adaptador transferência de amostras
Álcool metílico PA 1000 ml
Hexano PA 1000 ml
Kit padrão óleos e graxas 4 x 51 ml
Ácido clorídrico 6N 1000 ml
Sulfato sódio anidro PA ACS 1 kg
Filtro seringa CEL REG 0,45 um 25 mm 50 un



Torneira 2 vias 2 mm PP teflon autoclavavel 1 un.
Câmara coleta Speedisk 2 un.
Rocha borracha NR 13 diâmetro SUP 43 inf alt 45
Kitazato saída superior tubo 4 l
Barra magnética lisa 7 x 30 mm revest. Teflon
Cadinho porcelana forma alta 125 ml diâm. 55x30x70 mm altura

3.8. Os resíduos sólidos produzidos na ETE Catanduva (provenientes das grades mecanizadas, peneiras e desarenadores), deverão ser acondicionados nas caçambas estacionárias próprias da SAEC. A areia e material gradeado/peneirado não deverão apresentar líquidos livres. A CONTRATADA deverá providenciar a chamada da empresa contratada pela SAEC, para efetuar a remoção de caçambas cheias e posterior recolocação das caçambas vazias.

3.9. Acompanhar a ocorrência de odores no entorno das unidades fontes potenciais geradoras de odores por ocasião da operação da ETE e propor soluções se o problema vier a ocorrer;

3.10. Acompanhar e informar o surgimento de animais e vetores de transmissão de doenças, tais como cobras, sapos, aves e mosquitos.

3.11. NORMAS DE SEGURANÇA NO TRABALHO

3.11.1. A CONTRATADA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e ainda pela proteção destes e das instalações da ETE Catanduva.

3.11.2. A CONTRATADA deverá manter diariamente durante 24 horas, um sistema eficiente de operadores, efetuado por número apropriado de pessoas idôneas, devidamente habilitados e uniformizados, para o monitoramento do CCO da ETE Catanduva.

3.11.3. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela segurança dos seus trabalhadores alocados aos serviços, especialmente quanto ao cumprimento das disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, observando sempre as normativas pertinentes do Ministério do Trabalho e as exigências do memorial de segurança elaborado pelo SESMT –SAEC.

3.11.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar as documentações exigidas na listagem de documentos para Integração, conforme Tabela 2:

Tabela 2: Documentações exigidas:



2. Normas
2.1 NR – 01 Normas Regulamentadoras:
3. Referências
3.1 Contrato de prestação de serviços.
3.2 Ordens de Serviços - SEGURANÇA DO TRABALHO.
3.3 Normas Regulamentadoras.
4. Documentação exigida
4.1 a)Empresa:
1 - PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) - Vigente 2 - PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) - Vigente 3 - Seguro de Vida/Acidente
b)Colaborador:
1 - Ficha de Registro 2 - Cópia do registro da carteira de trabalho do empregado ou contrato de prestação de serviço sendo a página c/ foto, página da qualificação civil e página contendo o contrato de trabalho; 3 - RG 4 - CPF 5 - ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) conforme o PCMSO da empresa - Vigente 6 - FICHA DE EPI (Equipamento de Proteção Individual) 7 - ORDEM DE SERVIÇO - sobre Segurança Saúde do Trabalho inerente as funções. 8 - CERTIFICADO DE TREINAMENTO dependendo do trabalho que for ser realizado: Certificado NR-33 (Trabalho em Espaço Confinado). Certificado NR-35 (Trabalho em Altura). Certificado NR-12 (Maquinas e Equipamentos) 9 - Cópia CNH dos motoristas (operadores)
c)Se o prestador de serviço for o proprietário:
1 - Contrato Social - Vigente 2 - ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) - Vigente 3 - Seguro de Vida/Acidente 4 - Ficha de EPI (Equipamento de Proteção Individual) 5 - RG 6 - CPF



3.11.4. Os funcionários deverão ser regularmente vacinados contra doenças de veiculação hídrica e tétano, atendendo as exigências técnicas do memorial de segurança emitido pelo SESMT -SAEC;

3.11.5. A CONTRATADA deverá fornecer uniformes novos, calçados, botas, capacetes, luvas, e crachás a todos os funcionários.

3.11.6. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos de proteção individual (EPIs) específicos a cada função deverão ser fornecidos.

3.11.7. As roupas de trabalho devem ser mantidas em local próprio, e a CONTRATADA deverá lavar as roupas (uniformes) utilizados pelos funcionários do setor de operação, evitando que os mesmos lavem seus uniformes em suas respectivas casas;

3.11.8. A CONTRATADA se responsabiliza de forma única e exclusiva por prejuízos decorrentes de acidentes do trabalho, eventualmente ocorridos durante a execução das obras e serviços, bem como por danos de qualquer natureza causados a terceiros e ao Patrimônio Público.

3.11.9. O transporte dos funcionários até o local de serviço ficará a cargo da CONTRATADA, em qualquer hora do dia, inclusive aos sábados.

3.11.10. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá garantir tanto a seu pessoal como a terceiros envolvidos, todos os quesitos de segurança pessoal, proporcionando-lhes plena proteção contra riscos de acidentes, independentemente da transferência do risco a Companhias ou Institutos Seguradores. Para isso, a CONTRATADA deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação nacional no que concerne à segurança (nesta cláusula incluída a higiene do trabalho), bem como, obedecer a todas as normas, a critério da SAEC, apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço. Em caso de acidente, deverá prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas, e relatar o fato a SAEC, conforme memorial de segurança do SESMT SAEC.

3.11.11. A CONTRATADA deverá cumprir a legislação em vigor em relação às normas relativas à segurança e medicina do trabalho, ficando sob sua inteira e exclusiva responsabilidade quaisquer danos pessoais consequentes da inobservância dessas obrigações, conforme memorial de segurança do SESMT – SAEC.

3.12. UNIFORMES:

A CONTRATADA deverá fornecer uniformes novos, calçados, botas, capacetes, luvas, e crachás a todos os funcionários. As relações dos uniformes e dos EPIs seguem nas tabelas a seguir:

A seguir, são apresentados os modelos das tabelas de uniformes e equipamentos de proteção individuais da mão de obra para composição dos preços e custos para prestação dos serviços.



Os arquivos em Excel seguem em formato .xlsx, que serão disponibilizadas aos participantes, os quais deverão preenchê-las e entregar devidamente assinadas para posterior análises das propostas.

UNIFORME: Incluídos nos preços mensais (3A)						
Item	Identificação	Quant. (a)	Valor Unitário (b)	Total = a x b (c)	Vida útil em meses (d)	Valor mensal (e) = c / d
1	Boné tipo touca árabe com oroteção	2		R\$ -	12	R\$ -
2	Bota de proteção de cano curto com biqueira de aço(par)	2		R\$ -	6	R\$ -
3	Uniformes profissional de brim, ou tecido apropriado ao serviço e ao clima da cidade de Catanduva, de boa qualidade, com calça e camisa manga longa com faixa refletiva	3		R\$ -	6	R\$ -
4	Camisas de manga curta, de malha ou tecido apropriado para o clima da cidade de Catanduva, de boa qualidade, contendo a identificação da Contratada	3		R\$ -	6	R\$ -
5	casaco ou japonsa com identificação	1		R\$ -	12	R\$ -
6	crachá personalizado para identificação	2		R\$ -	12	R\$ -
7	Meia (par)	6		R\$ -	10	R\$ -
Valor total mensal estimado (3A)						R\$ -

3.12.1. Equipamentos de Proteção Individual: Supervisor/Gerente geral/Montador industrial/téc. Laboratório

Os equipamentos de proteção individual (EPI) específicos a cada função deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, a qual deverá fiscalizar o uso pelos seus funcionários. Os EPI's exigidos à cada função serão determinados conforme as normas de segurança do SESMT - SAEC.



EPI: Supervisor/Gerente geral/Montador industrial						
Item	Identificação	Quant. (a)	Valor Unitário (b)	Total = a x b (c)	Vida Útil (meses)	Valor mensal (e) = c / d
1	Bota de PVC de cano longo (par)	2		R\$ -	8	R\$ -
2	RESPIRADOR MASCARA SEMI FACIAL, COM UMA VÁLVULA DE INALAÇÃO E DUAS DE EXALAÇÃO, PROTEÇÃO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ACIDOS	1		R\$ -	12	R\$ -
3	Capa de chuva em PVC COM FORRO POLIESTER, COM CAPUZ, AMARELA	2		R\$ -	24	R\$ -
4	Capacete de segurança aba frontal, classe B, com C.A.	1		R\$ -	12	R\$ -
5	Cinto paraquedista, fivela em aço, com ajustes	1		R\$ -	24	R\$ -
6	Talabarte de segurança, 2 mosquetões, trava dupla, 53mm de abertura	1		R\$ -	24	R\$ -
7	trava quesdas em aço, para corda 12mm, extensor 25x300mm, com mosquetão tipo gancho, trava dupla	1		R\$ -	24	R\$ -
8	Luva de borracha NITRÍLICA/PVC, CANO LONGO(par)	3		R\$ -	6	R\$ -
9	Luva de raspa de couro (par)	3		R\$ -	6	R\$ -
10	Óculos de proteção	2		R\$ -	12	R\$ -
11	Perneira (par)	1		R\$ -	12	R\$ -
12	PROTETOR FACIAL DE POLICARBONATO, 200MMX 390MM, C/ COROA E CARNEIRA	2		R\$ -	12	R\$ -
13	protetor solar FPS 30, EMBALAGEM 2 LITROS	1		R\$ -	0,24	R\$ -
14	PASTA ABRASIVA PARA LIMPEZA DE MÃOS	1		R\$ -	1,24	R\$ -
15	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, COM ABAFADOR DE RUÍDOS, ATENUAÇÃO ACIMA DE 22DB	2		R\$ -	24	R\$ -
Valor total mensal estimado (3C)						R\$ -

3.12.2. EPI: Incluídos nos preços mensais – Eletricista



EPI: Incluídos nos preços mensais (3C) - Eletricista						
Item	Identificação	Quant. (a)	Valor Unitário	Total (c) = a x b	Vida Útil (meses)	Valor mensal (e) = c / d
1	Conjunto uniforme eletricista, anti chamas, com CA, NR10	3		R\$ -	4	R\$ -
2	Bota de PVC de cano longo (par)	2		R\$ -	12	R\$ -
3	RESPIRADOR MASCARA SEMI FACIAL, COM UMA VÁLVULA DE INALAÇÃO E DUAS DE EXALAÇÃO, PROTEÇÃO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ACIDOS	1		R\$ -	12	R\$ -
4	Capa de chuva em PVC COM FORRO POLIESTER, COM CAPUZ, AMARELA	1		R\$ -	12	R\$ -
5	Capacete de segurança aba frontal, classe B, com C.A.	1		R\$ -	8	R\$ -
6	Cinto paraquedista, fivela em aço, com ajustes	1		R\$ -	24	R\$ -
7	Talabarte de segurança, 2 mosquetões, trava dupla, 53mm de abertura	1		R\$ -	24	R\$ -
8	trava quesdas em aço, para corda 12mm, extensrör 25x300mm, com mosquetão tipo gancho, trava dupla	1		R\$ -	24	R\$ -
9	Luva de borracha NITRÍLICA/PVC, CANO LONGO(par)	3		R\$ -	12	R\$ -
10	Luva de raspa de couro (par)	3		R\$ -	12	R\$ -
11	Óculos de proteção	2		R\$ -	12	R\$ -
12	Perneira (par)	1		R\$ -	12	R\$ -
13	PROTETOR FACIAL DE POLICARBONATO, 200MMX 390MM, C/ COROA E CARNEIRA	2		R\$ -	13	R\$ -
14	protetor solar FPS 30, EMBALAGEM 2 LITROS	1		R\$ -	0,24	R\$ -
15	PASTA ABRASIVA PARA LIMPEZA DE MÃOS	1		R\$ -	1,24	R\$ -
16	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, COM ABAFADOR DE RUÍDOS, ATENUAÇÃO ACIMA DE 22DB	2		R\$ -	12	R\$ -
Valor total mensal estimado (3C)						R\$ -

3.12.3. EPI: Incluídos nos preços mensais - OPERADOR DE ETE/CCO/Lodo



EPI: OPERADOR DE ETE/CCO/Lodo/AJUDANTE						
Item	Identificação	Quant. (a)	Valor Unitário (b)	Total (c) = a x b	Vida Útil (meses)	Valor mensal (e) = c / d
1	Conjunto MACAÇÃO DE SANEAMENTO, PVC, COM LUVAS E BOTAS ACOPLADAS	2		R\$ -	2	R\$ -
2	Bota de PVC de cano longo (par)	2		R\$ -	12	R\$ -
3	RESPIRADOR MASCARA SEMI FACIAL, COM UMA VÁLVULA DE INALAÇÃO E DUAS DE EXALAÇÃO, PROTEÇÃO CONTRA VAPORES ORGÂNICOS E GASES ACIDOS	1		R\$ -	12	R\$ -
4	Capa de chuva em PVC COM FORRO POLIESTER, COM CAPUZ, AMARELA	1		R\$ -	12	R\$ -
5	Capacete de segurança aba frontal, classe B, com C.A.	1		R\$ -	6	R\$ -
6	Cinto paraquedista, fivela em aço, com ajustes	1		R\$ -	24	R\$ -
7	Talabarte de segurança, 2 mosquetões, trava dupla, 53mm de abertura	1		R\$ -	12	R\$ -
8	trava quesdas em aço, para corda 12mm, extensor 25x300mm, com mosquetão tipo gancho, trava dupla	1		R\$ -	24	R\$ -
9	Luva de borracha NITRÍLICA/PVC, CANO LONGO(par)	3		R\$ -	12	R\$ -
10	Luva de raspa de couro (par)	3		R\$ -	12	R\$ -
11	Óculos de proteção	2		R\$ -	12	R\$ -
12	Perneira (par)	1		R\$ -	12	R\$ -
13	PROTETOR FACIAL DE POLICARBONATO, 200MMX 390MM, C/ COROA E CARNEIRA	2		R\$ -	13	R\$ -
14	protetor solar FPS 30, EMBALAGEM 2 LITROS	1		R\$ -	0,24	R\$ -
15	PASTA ABRASIVA PARA LIMPEZA DE MÃOS	1		R\$ -	1,24	R\$ -
16	PROTETOR AUDITIVO TIPO CONCHA, COM ABAFADOR DE RUÍDOS, ATENUAÇÃO ACIMA DE 22DB	2		R\$ -	12	R\$ -
Valor total mensal estimado (3C)						R\$ -

3.13. QUADRO GERAL DE FUNCIONÁRIOS

3.13.1. O quadro de funcionários deverá ser constituído, no mínimo, pelas funções, quantidades, carga horária e formação mínima abaixo relacionadas na Tabela 3, sendo profissionais adequadamente treinados e com as habilitações, qualificações e capacitação técnica compatíveis com as atividades gerais.

Tabela 3: Mão de Obra para posto de trabalho – Equipe fixa e eventual - operação e manutenção:

Função	Qtd	Carga Horária	Formação mínima
--------	-----	---------------	-----------------



Gerente geral	01	100 horas mensais	Nível superior nas seguintes áreas: Engenharia civil, Sanitária, Ambiental ou Engenharia Química, com registro de classe (CRQ/CREA/CAU). Engenheiro sênior. Torna-se necessário experiência comprovada em estações de tratamento de esgoto.
Supervisor de Operação e Manutenção	01	Mês	Nível superior nas seguintes áreas: Engenharia civil, mecânica, elétrica, sanitária ou Tecnólogo em Saneamento, pleno, com conhecimento comprovado em manutenção eletromecânica, com curso da Norma NR 10, carga horária mínima de 40 horas, com experiência comprovada em operação de estação de tratamento de esgoto.
Montador de máquinas	01	Mês	Nível técnico reconhecido pelo MEC, com curso da Norma NR10 e NR12, carga horária mínima de 40 horas.
Eletricista de manutenção	01	Mês	Nível técnico reconhecido pelo MEC, com curso da Norma NR10 e NR12, carga horária mínima de 40 horas.
Técnico em lab. Água e esgoto	02	Mês	Nível técnico em química, biologia, tecnólogo em Saneamento, com registro de classe (CRQ/CFT).
Operador de ETE/CCO/Lodo	08	Mês	Nível técnico em química, técnico em saneamento, técnico em meio ambiente, com registro de classe (CRQ/CFT).
Ajudante especializado	02	Mês	Ensino fundamental completo.
Pedreiro	01	100h/mês	Ensino fundamental completo.
Servente de obras	01	100h/mês	Ensino fundamental completo.
Serralheiro	01	72h/mês	Ensino fundamental completo.

3.13.2. Para perfeito funcionamento da ETE Catanduva, o quadro de funcionários da operação deverá ser adequadamente distribuído em turnos que preencham horários em todos os dias da semana e em sobreaviso (incluindo finais de semanas e feriados), durante as 24 horas do dia.



Os operadores de ETE/CCO deverão manter plantão nos finais de semana e feriados. Os demais profissionais cumprem jornadas de trabalho de 44 horas semanais.

3.13.3. A CONTRATADA deverá apresentar a SAEC a programação do quadro de pessoal com os turnos de operação, plantões e folgas. Os serviços contratados são essenciais, portanto em hipótese alguma poderão ser paralisados. A CONTRATADA deverá prever a reposição imediata em casos de faltas e outros motivos. Em caso de necessidade de serviços excepcionais e imprevistos, as horas extras deverão ser aplicadas de acordo com a normatização da C.L.T., e os custos arcados pela CONTRATADA.

3.13.4. A CONTRATADA deverá credenciar, por escrito, junto a SAEC, todo o quadro funcional alocado para a execução dos serviços contratados, bem como, identificar o seu responsável pela condução do Contrato, técnica e administrativamente.

3.13.5. Todo o pessoal alocado aos serviços deverão trabalhar com uniformes onde constem a identificação visual da CONTRATADA, além dos equipamentos de segurança exigidos.

3.13.6. A eventual inadimplência da CONTRATADA, com relação aos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a SAEC a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá, em hipótese alguma, onerar o objeto deste contrato.

3.13.7. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os encargos da legislação trabalhista, seguros de acidentes do trabalho, bem como todas as obrigações para com a previdência social, tributos federais, estaduais e municipais decorrentes do cumprimento do contrato.

3.13.8. Os responsáveis diretos (técnicos) pela operação e manutenção da ETE Catanduva, deverão possuir telefones de contato (celular e fixo) e rádios que permitam comunicação direta com a SAEC, para serem imediatamente localizados em quaisquer dias da semana e horários, inclusive em feriados, finais de semana e horários noturnos de acordo com as respectivas escalas de Plantão, mantida e organizada pela CONTRATADA.

3.13.9. Todas as solicitações da SAEC para a CONTRATADA em relação a serviços, material e funcionários deverão ocorrer entre o representante desta e o Gerente da CONTRATADA, evitando que outros servidores transmitam informações ou ordens aos funcionários da CONTRATADA.

3.13.10. Não será permitido que os funcionários da CONTRATADA se ausentem dos locais e horários de trabalho para fins de recebimento dos vencimentos mensais (salários).

3.14. ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS DA EQUIPE FIXA E EVENTUAL

3.14.1. GERENTE GERAL (regime horista)

3.14.1.1. Gerenciar, orientar e fiscalizar todos os serviços pertinentes à ETE;



- 3.14.1.2. Treinar e capacitar o supervisor para cumprir todas as obrigações;
- 3.14.1.3. Treinar e capacitar os operadores e laboratoristas;
- 3.14.1.4. Elaborar os planos de manutenções e operações necessários para a ETE, preparando os respectivos relatórios das atividades;
- 3.14.1.5. Programar e coordenar, junto ao supervisor, trabalhos específicos da operação e manutenções eletromecânicas;
- 3.14.1.6. Avaliar a qualidade do tratamento de esgoto, analisando o desempenho das unidades, assim como a qualidade do corpo receptor, emitindo parecer técnico pertinente ao caso;
- 3.14.1.7. Programar, em conjunto com o supervisor, ações emergenciais que exigem intervenções imediatas, para manter a qualidade do efluente tratado;
- 3.14.1.8. Auxiliar a SAEC no que tange a intervenções, reuniões, entre outras atividades correlatas, junto aos órgãos ambientais no âmbito da CETESB ou outro órgão ambiental/licenciador pertinente;
- 3.14.1.9. Fazer cumprir normas e procedimentos da área.

3.14.2. SUPERVISOR DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO = Classificação Brasileira de Ocupações – CBO - 7102-05 CÓD. SINAPI: 40818 (MENSAL)

- 3.14.2.1. Monitorar, orientar e fiscalizar todos os serviços pertinentes aos funcionários que lhe são subordinados;
- 3.14.2.2. Treinar seus subordinados, de modo a cumprir eficazmente suas atribuições, mantendo a disciplina;
- 3.14.2.3. Distribuir, acompanhar e avaliar a execução das atividades, esclarecendo dúvidas e administrando recursos;
- 3.14.2.4. Controlar as escalas de trabalho;
- 3.14.2.5. Auxiliar na elaboração dos planos manutenção e operação, plano completo de monitoramento e desempenho e o plano detalhado de gerenciamento de resíduos sólidos gerados na ETE Catanduva;
- 3.14.2.6. Apresentar a seu superior relatório das atividades de manutenção e operação, sempre que solicitados;
- 3.14.2.7. Manter e fazer manter em perfeitas em perfeitas ordem e conservação, as dependências, os registros, os arquivos, os equipamentos e as máquinas da ETE Catanduva;
- 3.14.2.8. Programar e coordenar os serviços de limpeza no local de trabalho (prédio do CCO, laboratório, prédio da casa dos sopradores, das unidades de tratamento, jardinagem, vigilância e portaria);
- 3.14.2.7. Fazer cumprir normas e procedimentos da área.



3.14.2.8. controle das fichas de saúde ocupacional de seus subordinados;

3.14.2.9. Outras atribuições afins.

3.14.3. TÉCNICO EM LABORATÓRIO ÁGUA E ESGOTO:

3.14.3.1. Leituras de campo e ações de controle em todas as unidades da ETE, de forma manual ou automatizada, com verificação, regulagem e ajustes diversos, conforme as condições operacionais horárias locais, atuando-se e utilizando-se de: medidores de vazão; temporizadores; inversores/conversores de frequência; direcionadores de fluxo; rotação de bombas, misturadores e raspadores; percentuais de abertura/fechamento de válvulas/registros, medidores de pH; termômetros; colunas/cones de determinação de resíduos sedimentáveis; medidores de turbidez e cor;

3.14.3.2. Acompanhar serviços de nivelamento de vertedores e lâminas líquidas nas diversas unidades;

3.14.3.3. Controle de estoque e acompanhamento de descargas de produtos químicos utilizados na operação do processo de tratamento;

3.14.3.4. Preparação e dosagem de produtos químicos utilizados no processo de tratamento;

3.14.3.5. Coletas de amostras simples e compostas, e análises laboratoriais para diversos parâmetros, em várias etapas do tratamento, para esgoto bruto, efluente tratado, resíduos gradeados/ peneirados e areia. As amostragens do tipo simples deverão ser realizadas de forma instantânea, a qualquer momento que houver necessidade e mais frequentemente nos períodos de maior vazão. As amostragens do tipo composta deverão ser realizadas em intervalos determinados pelas normas e exigências da CETESB, com volumes proporcionais à vazão afluente, e acumulado durante um período de 24 horas. As amostras deverão ser armazenadas e preservadas durante o período de coleta e transporte, com técnica adequada ao parâmetro que se deseja analisar;

3.14.3.6. Serviços de limpeza de todas as unidades do processo de tratamento de esgoto, em áreas internas e externas, conforme necessidade operacional;

3.14.3.7. Coordenar a remoção periódica, transporte interno, acondicionamento, transporte e destinação final adequada de resíduos sólidos retirados da Estação Elevatória de Esgotos (poço de sucção, gradeamento grosseiro), das unidades do tratamento preliminar (grade fina/peneira, caixa de areia) da ETE Catanduva;

3.14.3.8. Determinar os serviços de limpeza no local de trabalho (prédio do CCO, laboratório, locais das unidades de tratamento);

3.14.3.9. Limpeza, organização e conservação dos equipamentos, materiais, reagentes e vidrarias do laboratório;



3.14.3.10. Desmontagem, limpeza e montagem dos equipamentos de laboratório instalados na ETE;

3.14.3.11. Zelar pelos equipamentos do local de trabalho, mantendo-os limpos e em bom estado de conservação e funcionamento;

3.14.3.12. Zelar pela segurança, limpeza e organização do local de trabalho na área de atuação antes, durante e após o término dos serviços;

3.14.3.13. Coordenar e acompanhar, quando necessário, o isolamento e sinalização adequada de áreas de tráfego, impedindo a entrada de pessoas estranhas na ETE;

3.14.3.14. Participar dos serviços gerais relacionados com a operação e manutenção das unidades.

3.14.3.15. Preenchimento, assinatura, controle e arquivo de dados, informações, laudos e relatórios operacionais, no formato manual e eletrônico;

3.14.3.16. Coordenar e controlar a dosagem dos produtos químicos necessários para evitar a geração de maus odores e criação de insetos, monitorando as ações descritas no manual de manutenção;

3.14.3.17. Preparação dos materiais e reagentes para atendimento das análises de rotina do laboratório, de acordo com os procedimentos, guias, metodologias indicadas no manual de manutenção;

3.14.3.18. Lavar os materiais, vidrarias e utensílios utilizados no laboratório, deixando-os sempre limpos e em condições de uso;

3.14.3.17. Efetuar a verificação dos equipamentos, instalações existentes do laboratório da ETE e o treinamento do pessoal, avaliar seu desempenho e colocando-o em operação;

3.14.3.18. Determinar os métodos de calibração mais adequados;

3.14.3.19. Outras atribuições afins;

3.14.4. OPERADOR DE ETE/CCO/lodo

3.14.4.1. Leituras de campo auxiliando os operadores/laboratoristas nas ações de controle em todas as unidades da ETE, de forma manual ou automatizada, com verificação, regulagem e ajustes diversos, conforme as condições operacionais horárias locais, atuando-se e utilizando-se de: medidores de vazão; temporizadores; inversores/conversores de frequência; direcionadores de fluxo; rotação de bombas, grades mecanizadas e raspadores; quantidade de ar insuflado; percentuais de abertura/fechamento de válvulas/registros, medidores de pH; termômetros; colunas/cones de determinação de resíduos sedimentáveis, medidores de turbidez e cor; medidores de oxigênio dissolvido;



- 3.14.4.2.** Controle de estoque e acompanhamento de descargas de produtos químicos utilizados na operação do processo de tratamento;
- 3.14.4.3.** Preparação e dosagem de produtos químicos utilizados no processo de tratamento;
- 3.14.4.4.** Coletas de amostras simples e compostas, e análises laboratoriais para diversos parâmetros, em várias etapas do tratamento, para esgoto bruto, efluente tratado, resíduos gradeados e peneirados, areia, lodos e gases, conforme procedimentos analíticos, guias e metodologias analíticas no manual de manutenção;
- 3.14.4.5.** Serviços de limpeza no local de trabalho (CCO e unidades de tratamento);
- 3.14.4.6.** Limpeza e organização dos equipamentos, materiais do CCO;
- 3.14.4.7.** Auxiliar na desmontagem, limpeza e calibração dos equipamentos do CCO;
- 3.14.4.8.** Zelar pelos equipamentos do local de trabalho, mantendo-os limpos e em bom estado de conservação e funcionamento;
- 3.14.4.9.** Zelar pela segurança, limpeza e organização do local de trabalho na área de atuação antes, durante e após o término dos serviços.
- 3.14.4.10.** Serviços gerais relacionados com as atividades do CCO.
- 3.14.4.11.** Preenchimento, controle e arquivo de dados, informações e relatórios operacionais, no formato manual e eletrônico;
- 3.14.4.12.** Executar o nivelamento de vertedores e lâminas líquidas nas diversas unidades, sob orientação do supervisor;
- 3.14.4.12.** Outras atribuições afins.

3.14.5. AJUDANTE ESPECIALIZADO = Classificação Brasileira de Ocupações - 5143-25 – CÓDIGO SINAPI 041085

- 3.14.5.1.** Auxiliar nas leituras de campo e ações de controle em todas as unidades da ETE, de forma manual ou automatizada, com verificação, regulagem e ajustes diversos, conforme as condições operacionais horárias locais;
- 3.14.5.2.** Auxiliar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos;
- 3.14.5.3.** Auxiliar na preparação de carga e dosagem de produtos químicos utilizados no processo de tratamento;
- 3.14.5.4.** Auxiliar as coletas de amostras simples e compostas, e análises laboratoriais para diversos parâmetros, em várias etapas do tratamento, para esgoto bruto, efluente tratado, resíduos gradeados e peneirados, areia, lodos e gases;
- 3.14.5.5.** Serviços de limpeza de todas as unidades do processo de tratamento de esgoto, em áreas internas e externas, incluindo estações elevatórias, conforme necessidade operacional;



3.14.5.6. Auxiliar na remoção periódica, transporte interno, acondicionamento, transporte e destinação final adequada de resíduos sólidos retirados da Estação Elevatória de Esgotos (poço de sucção, gradeamento grosseiro), das unidades do tratamento preliminar (grade média e fina/peneira, caixa de areia) da ETE;

3.14.5.7. Auxiliar na limpeza e desobstrução de cestos das elevatórias com deslocamento até o local.

3.14.5.8. Auxiliar na limpeza, desobstrução e manutenção dos tubos;

3.14.5.9. Executar serviços de limpeza no local de trabalho (prédio das unidades de tratamento, portaria);

3.14.5.10. Auxiliar na desmontagem, limpeza e montagem dos equipamentos instalados na ETE;

3.14.5.11 Zelar pelos equipamentos do local de trabalho, mantendo-os limpos e em bom estado de conservação e funcionamento;

3.14.5.12. Zelar pela segurança, limpeza e organização do local de trabalho na área de atuação antes, durante e após o término dos serviços;

3.14.5.13. Executar, quando solicitado, o isolamento e sinalização adequada de áreas de tráfego, impedindo a entrada de pessoas estranhas na ETE, sob orientação;

3.14.5.14. Auxiliar nos serviços gerais relacionados com a operação e manutenção das unidades.

3.14.5.15. Auxiliar o montador e o eletricitista, em tarefas de baixa complexidade, quando for solicitado;

3.14.5.16. Limpeza periódica de calhas das edificações e das calhas de drenagem de águas pluviais dos taludes ao redor das lagoas;

3.14.5.17. Cuidado especial quanto ao controle de formigas nos taludes das lagoas e quanto a presença de outros animais, que devem ser retirados;

3.14.5.18. Realizar pequenos reparos em cercas e alambrados;

3.14.5.19. Lubrificar equipamentos;

3.14.5.20. Outras atribuições afins.

3.14.6. MONTADOR DE MÁQUINAS - Classificação Brasileira de Ocupações - 7252-05 - CÓDIGO SINAPI: 040921

3.14.6.1. Profissional responsável por acompanhar e executar tarefas de caráter técnico referente ao projeto, produção, manutenção e aperfeiçoamento de máquinas, motores, equipamentos e instalações.



- 3.14.6.2.** Cooperar no desenvolvimento de projetos de construção, montagem e aperfeiçoamento dos equipamentos renovados, orientando-se por plantas, esquemas, instruções e outros documentos específicos;
- 3.14.6.3.** Efetuar a montar, desmontagem e instala as máquinas, realizando sua manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- 3.14.6.4.** Operar instrumentos de medição mecânica, ajustar peças mecânicas, lubrificar, expedir e instalar máquinas;
- 3.14.6.5.** Realizar manutenções preventivas e corretivas, prestando assistência técnica-mecânica em máquinas industriais;
- 3.14.6.6.** Cumpre normas técnicas e normas regulamentadoras de prevenção de incêndios, de saúde e segurança no trabalho e de preservação ambiental.
- 3.14.6.7.** Realizar manutenção de bombas, redutores, centrífugas, bombas extrusoras, bombas dosadoras de produtos químicos, equipamentos hidráulicos e pneumáticos etc., desmontando, soldando, pintando ou substituindo peças ou componentes danificados, fazendo montagem e instalação de equipamentos, objetivando o desempenho adequado dos equipamentos;
- 3.14.6.7.** Realizar a manutenção de tubulações de P.V.C, ferro galvanizado, ferro fundido e aço carbono, reparando vazamentos, retificando montagens danificadas, trocando as roscas e reapertando peças, para o adequado escoamento da água, esgoto e dos diversos elementos químicos;
- 3.14.6.9.** Montar tubulações, verificando as medidas, requisitando os materiais, cortando peças, colocando suportes e instalando os encanamentos, afim de possibilitar o uso adequado em tratamento de esgoto, em vias de escoamento, tanques e reservatórios;
- 3.14.6.10.** Realizar pequenos serviços de serralheria, construindo grades de ferro, carrinhos de mão, parapeitos, bueiros e afins, para que estes equipamentos sejam utilizados como apoio às operações e melhoramento das dependências;
- 3.14.6.11.** Responder pelos trabalhos de sua competência, observando a segurança do pessoal, serviços, equipamentos, ferramentas, disciplina, qualidade e desempenho;
- 3.14.6.12.** Executar a manutenção e instalação de peças hidráulicas como pistões, mesas de comando, válvulas, etc.;
- 3.14.6.13.** Manutenção, montagem e instalação de conjuntos moto-bombas;
- 3.14.6.14.** Executar serviços de montador, ajustador, rosqueador e furador;
- 3.14.6.15.** Uso de instrumentação;
- 3.14.6.16.** Lubrificação geral de equipamentos e peças;
- 3.14.6.17.** Executar pintura de peças e equipamentos;
- 3.14.6.18.** Limpeza do local de trabalho;



3.14.6.13. Preenchimento de relatórios de serviços executados.

3.14.6.19. Executar o nivelamento de vertedores e lâminas líquidas nas diversas unidades, sob orientação do supervisor;

3.14.6.20. Executar outras atribuições afins.

3.14.7. ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO

Todas as instalações elétricas (potência e comando), devem ser periodicamente verificadas:

3.14.7.1. Inspeção e manutenção elétrica no complexo (instalações prediais de baixa tensão, quadros gerais de controle e comando de motores e de automação no complexo da ETE e EEEB, entrada de energia, lâmpadas, interruptores, calhas, reatores, etc.);

3.14.7.2. Verificar a ligação, fixação e isolamento de cabos de potência e de comando de motores elétricos, apertos e verificação de isolações de cabos e outros componentes. Checagem de ruídos e demais anomalias; verificar barramentos, bornes e outros componentes necessários;

3.14.7.3. Inspeções e manutenção de quadros de comando para acionamento de motores elétricos (gradeamentos grosseiro e fino, desarenadores, bombas submersas), quadros gerais de baixa tensão (220, 380 e 440V), quadros de iluminação e tomadas;

3.14.7.4. Manutenção, limpeza e checagem geral nos painéis elétricos para o acionamento das bombas de recalque da EEE, atendendo às normas de segurança e eficiência energética;

3.14.7.5. Verificar os sistemas de automação para controle remoto e monitoramento em tempo real das bombas da EEE, incluindo sensores de nível e equipamentos de telemetria;

3.14.7.6. Inspeções e Manutenção diária nos painéis elétricos com inversores de frequência: de acionamento dos motores das bombas de recalque;

3.14.7.7. Testes de medição (aterramento, isolamento, rigidez dielétrica, etc.);

3.14.7.9. Checagem e manutenção nos transformadores existentes na ETE e EEEB;

3.14.7.10. Checagem e manutenção em disjuntores de Alta Tensão;

3.14.7.11. Ensaio dielétricos de motores;

3.14.7.12. Manuseio de equipamentos (multímetro, multímetro digital, amperímetro, ohmegômetro, equipamentos para aterramento de Alta Tensão, aterrômetro, medidor de rigidez dielétrica de óleo de transformador).

3.14.7.13. Limpeza geral e zelo aos locais de trabalho;

3.14.7.14. Preenchimento de relatórios de serviços executados.

3.14.7.15. Reparos em painéis de comando (troca de fusíveis em painéis, rearme de relês, etc.);

3.14.7.16. Outras atribuições afins.

3.14.8. Pedreiro (Regime horista)



3.14.8.1. Pedreiros são os responsáveis por construção ou reforma de pequenas estruturas usando tijolos;

3.14.8.2. Planejamento dos serviços pertinentes à função, no que tange aos trabalhos na ETE;

3.14.8.3. Efetuar demolição e assentamento de pisos, reparos em telhados, vigas e pilares;

3.14.8.4. Reparos em paredes, bancadas, entre outros serviços necessários na estação de tratamento de esgotos.

3.14.8.5. Segue procedimentos e normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho e de preservação ambiental.

3.14.8.6. Zela pela segurança, prevenindo incêndio e acidentes.

3.14.8.7. Utiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

3.14.9. Servente de obras (Regime horista)

3.14.9.1. Auxilia o pedreiro na execução das fundações, na construção de estruturas de alvenaria e na aplicação de revestimentos, em obras da construção civil.

3.14.9.2. Pode apoiar a realização de demolições, sob supervisão.

3.14.9.3. Municia o pedreiro com materiais, ferramentas e instrumentos de trabalho, para a execução dos serviços.

3.14.9.4. Segue procedimentos e normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho e de preservação ambiental.

3.14.9.5. Acompanha a preparação e a organização do trabalho, realizadas pelo pedreiro.

3.14.9.6. Verifica as ferramentas, os equipamentos e os materiais selecionados, a serem utilizados na obra.

3.14.9.7. Abre valas para a concretagem de fundações, seguindo rotinas estabelecidas.

3.14.9.8. Prepara e homogeneiza as massas para o assentamento de alvenaria, medindo e adicionando materiais, sob supervisão.

3.14.9.9. Auxilia na preparação e na instalação de revestimentos de superfícies, tais como azulejos, ladrilhos e pedras. Ajuda no corte de materiais nos tamanhos especificados para instalação.

3.14.9.10. Pode auxiliar nas tarefas de demolição, quebrando e desmontando estruturas de alvenaria.

3.14.9.11. Realiza limpeza e compactação dos solos.

3.14.9.12. Pode erguer e desmontar andaimes. Instala escadas e cavaletes.

3.14.9.13. Ajuda na limpeza das máquinas, dos equipamentos e das ferramentas. Organiza os materiais nas áreas de armazenamento.



3.14.9.14. Participa da limpeza da área de construção, retirando entulhos. Auxilia na seleção de materiais reutilizáveis e no descarte de resíduos, realizado de modo ecologicamente adequado.

3.14.9.15. Zela pela segurança, prevenindo incêndio e acidentes.

3.14.9.16. Utiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

3.14.10. Serralheiro (Regime horista)

3.14.10.1. Planeja, prepara, monta e repara peças e conjuntos metálicos de serralheria.

3.14.10.2. Executa operações – tais como traçagem, corte, recorte, conformação, soldagem, modelagem, entre outras – em diversos materiais ferrosos e não ferrosos.

3.14.10.3. Seleciona e aplica técnicas e métodos de serralheria, utilizando materiais, máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos.

3.14.10.4. Prepara peças metálicas e as etapas do processo, de acordo com desenhos, especificações, instruções de trabalho e documentação técnica.

3.14.10.5. Executa acabamento em peças metálicas fabricadas, montadas e reparadas.

3.14.10.6. Realiza as atividades em conformidade com normas técnicas, com procedimentos de controle de qualidade e com normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho e de preservação ambiental.

3.14.10.7. Atua na fabricação de esquadrias, portas, grades, vitrais mezaninos, escadas, portões, pórticos, racks e peças similares.

3.14.10.8. Planeja o trabalho de fabricação de peças e conjuntos metálicos de serralheria, seguindo o projeto e definindo material, fornecedores, máquinas, equipamentos e ferramentas. Realiza cálculos dimensionais e de custos. Interpreta desenhos, esquemas, especificações, instruções de trabalho e documentação técnica.

3.14.10.9. Monta peças e conjuntos metálicos, executando esquadrejamento, nivelamento, fixação e soldagem, dentre outros procedimentos de montagem mecânica no âmbito da serralheria.

3.14.10.10. Executa acabamento em peças metálicas fabricadas, montadas e reparadas, aplicando técnicas e materiais específicos, verificando as condições de fixação e vedação, observando o encaixe das partes, examinando o alinhamento e o empenamento, eliminando defeitos e aplicando produtos anticorrosivos, entre outros.

3.14.10.11. Mantém o local de trabalho organizado, sinalizando e isolando áreas de risco, preservando limpo o espaço de atuação, seguindo procedimentos de manuseio e armazenamento de materiais, máquinas, equipamentos, ferramentas, instrumentos e acessórios.



3.14.10.12. Segue rigorosamente normas regulamentadoras e procedimentos de segurança e saúde no trabalho, cumprindo a utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva. Mantém tais equipamentos organizados, acondicionados e em plenas condições de uso e funcionamento.

3.14.10.13. Zela pela segurança, prevenindo incêndio e acidentes.

3.14.10.14. Utiliza Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

3.15. MEDIÇÕES

3.15.1. Para efetuar as medições, a CONTRATADA deverá solicitar via processo e apresentar relatório mensal de manutenção, auto monitoramento e demais atividades executadas na ETE Catanduva à SAEC, devidamente atestado pelo responsável técnico pelas análises laboratoriais e pelo gerente geral da ETE que coordena/supervisiona a operação da ETE.

3.16. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E DESEMPENHO DA ETE CATANDUVA

3.16.1. JUSTIFICATIVA

Este plano se faz necessário para evitar possíveis impactos a qualidade dos efluentes.

3.16.2. OBJETIVO

Este programa tem como objetivo o monitoramento da qualidade dos efluentes, por meio da avaliação periódica das características físico-químicas e químicas em comparação às condições e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 430/11 e 357/05, assim como cumprimento ao Art 18, Decreto 8.468/76 da CETESB.

Neste documento são apresentadas as diretrizes para a implementação do programa de monitoramento dos efluentes líquidos. Este programa abrange a execução de campanhas de amostragem de efluentes e a interpretação dos resultados obtidos.

3.16.3. VALORES:

Para a composição dos custos para o pagamento do plano, foram tomados como base o Boletim referencial de custos e serviços do CDHU, número 199, Data base: Agosto/2025, com desoneração, referencias A.10.000.092000, A.10.000.92001 e 01.27.011., obtidas em: https://app.cdhu.sp.gov.br/boletim/download_lista.php. Acessadas em 05/11/2025.

Referencia	Descrição	Unidades	Valor
A.10.000.092000	Análises químicas laboratoriais em amostra de efluente, conforme CONAMA 357 de 2005 - Artigos 10 e 15 (Água Doce - Classe II), exigências CETESB e para tratamento de fósforo e nitrogênio	Unid.	R\$ 8.877,02



A.10.000.92001	Análises químicas laboratoriais em amostra de efluente, conforme CONAMA 357 de 2005 (Água Doce - Classe II)	Unid.	R\$ 6.413,43
01.27.011	Projeto e implementação de gerenciamento integrado de resíduos sólidos e gestão de perdas.	Unid.	R\$ 9.390,64
		TOTAL ANO	R\$24.681,09
		TOTAL MÊS	R\$ 2.056,75

3.16.4. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Programa de monitoramento e desempenho da ETE Catanduva

Será realizado um monitoramento dos efluentes por meio de coleta de amostras, medições *in situ* e análises químicas laboratoriais.

3.16.4.1. Amostragem

Antes da execução das campanhas de monitoramento deverá ser elaborado um plano de amostragem.

As amostragens deverão seguir as normas nacionais e internacionais como o Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras (CETESB, ANA, 2011), *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* (APHA, 2000) e ISO 5667-10 (1992).

As coletas das amostras de efluente deverão ser realizadas com recipientes inertes sem preservantes ou com o auxílio de um balde de aço inox (Figura 2.3.1-1), previamente limpo. Posteriormente as amostras deverão ser transferidas para frascarias (Figura 2.3.1-2), fornecida pelo laboratório contratado, com seus respectivos conservantes, conforme o parâmetro a ser analisado.

Após coletas as amostras deverão ser enviadas para os laboratórios responsáveis pelas análises, atendendo ao *holding time*.



Figura 2.3.1-1. Balde de inox utilizado na amostragem de efluente.



Figura 2.3.1-2. Transferência das amostras para as frascarias apropriadas.

3.16.4.2. Análises físico-químicas *in situ*



Em campo, deverão ser realizadas na amostra de efluente de entrada e saída, medições físico-químicas para os parâmetros pH e temperatura com sonda multiparamétrica.

O equipamento de medição deverá estar devidamente calibrado em laboratório da Rede Brasileira de Calibração (RBC), e verificados com padrões rastreáveis ao sistema internacional (SI) de forma a assegurar o estado de calibração dos mesmos, a fim de garantir a precisão e exatidão dos resultados de campo.

3.16.4.3. Tratamento das amostras

O preparo das amostras e as respectivas análises deverão ser realizados dentro do prazo de validade para cada um dos parâmetros a ser analisado. As amostras de efluente pluvial deverão ser acondicionadas em frascaria apropriada (previamente limpas), com seus respectivos preservantes, conforme o parâmetro a ser analisado nas amostras, conforme mencionado acima. Os frascos com as amostras deverão ser armazenados em caixas térmicas com gelo e mantidas sob refrigeração $\leq 6^{\circ}\text{C}$ (as amostras não devem ser congeladas), desde o momento da coleta até o seu processamento em laboratório. As cadeias de custódia deverão ser preenchidas em campo e encaminhadas juntamente com as amostras para o laboratório.

3.16.4.4. Parâmetros a serem analisados

Inicialmente o monitoramento abrangerá o escopo descrito no Artigo 16 da Resolução CONAMA nº 430/11. Após 02 (dois) anos de monitoramento o escopo poderá ser revisto e abrangerá o escopo descrito no Artigo 18 do Decreto Estadual nº 8468/76.

3.16.4.5. INDICADORES

Os resultados obtidos devem atender as condições e padrões de lançamento estabelecidos no Artigo 16 da Resolução CONAMA nº 430/11 e no Artigo 18 do Decreto Estadual nº 8468/76, visto que conforme os referidos artigos os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados diretamente no corpo d'água receptor ou na rede coletora desde que obedeçam as condições e padrões previstos no mesmo.

3.16.4.6. ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS E/OU OUTROS REQUISITOS

Quanto às coletas e análises deverá ser atendido ao estabelecido pela Resolução SMA nº 100/2013, que entrou em vigor no dia 22/10/2013. Esta resolução regulamenta as exigências para os resultados analíticos, **incluindo-se a amostragem**, objetos de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA, que



dispõe sobre os requisitos dos laudos analíticos submetidos aos órgãos integrantes do SEAQUA e dispõe que apenas laudos de laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO serão reconhecidos.

Enquanto que os resultados obtidos nas análises das amostras de efluente deverão ser avaliados segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 430 de 13 de maio de 2011 e o Artigo 18 do Decreto Estadual nº 8468/76.

3.16.4.7. RECURSOS NECESSÁRIOS

3.16.4.7.1. Recursos humanos

O contratado será responsável pelo gerenciamento e coordenação do Programa de Monitoramento de Efluentes Líquidos, cuja execução será realizada pelos profissionais da empresa contratada, a qual deverá ser devidamente qualificada e legalizada conforme as diferentes legislações que regem as atividades envolvidas.

3.17. Subcontratação

É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, de quaisquer atividades previstas neste Termo de Referência, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na legislação vigente.

3.18. Garantia Contratual: A empresa contratada deverá oferecer garantia contratual tipo caução no valor de 5% sobre o valor do contrato.

Todas as garantias contratuais fiscais, trabalhistas e previdenciárias estão definidas no Edital.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante estudo e demonstração da vantajosidade para a administração.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratada será convocada formalmente para retirar a Ordem de Serviço (OS), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;

5.1.1. O prazo para início da execução dos serviços será definido entre as partes, considerando a necessidade de contratação de mão de obra, disponibilização de uniformes e realização de exames médicos admissionais;

5.1.2. A contratada, através de seu(s) engenheiro(s) responsável(eis) da obra, deverá(ão) apresentar a anotação de responsabilidade técnica (art) dos serviços, devidamente assinada e



recolhida no prazo de até 10 dias corridos, após emissão da ordem de serviços.

5.2. OBRIGAÇÕES DA SAEC

A seguir são apresentadas as obrigações da SAEC:

5.2.1. Disponibilizar a equipe técnica que irá participar e acompanhar os serviços de operação, para o acompanhamento das rotinas operacionais, de laboratório e funcionamento dos equipamentos envolvidos no processo de tratamento;

5.2.2. Realizar a manutenção eletromecânica corretiva, quando for o caso, sendo responsável pela compra e disponibilização dos equipamentos e materiais necessários para o pleno funcionamento da ETE Catanduva.

5.2.3. Operar, manter e gerenciar o sistema de esgotamento sanitário, garantindo o pleno funcionamento dos seus componentes (ligações, travessias, interferências, coleta, transporte, afastamento e elevatórias de redes) e a chegada ininterrupta de esgotos sanitários gerados.

5.2.4. Analisar e aprovar, quando necessárias, modificações nas rotinas operacionais que serão apresentadas pela CONTRATADA.

5.2.5. Exercer a fiscalização do objeto do contrato e designar seus representantes.

5.2.6. A SAEC, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo ou oportunidade, poderá efetuar auditorias nas unidades da ETE Catanduva e solicitar análises laboratoriais adicionais e complementares para investigação.

5.2.7. A SAEC poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento dos serviços.

5.2.8. Garantir o abastecimento ininterrupto de água potável, que será feito através do poço profundo existente no local.

5.2.9. Advertir a CONTRATADA, por escrito, ou até mesmo exigir a paralisação ou suspensão a qualquer tempo do contrato, de forma parcial ou total, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

5.2.10. Efetuar os pagamentos das medições na forma e prazo previstos no contrato.

5.2.11. Inspecionar e, a critério, analisar os materiais e equipamentos que porventura forem aplicados na ETE Catanduva, durante o período de operação.

5.2.12. Aprovar, programar e acompanhar visitas técnicas de terceiros na ETE Catanduva.

5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A seguir são apresentadas as obrigações da CONTRATADA:



5.3.1. Manter no local da prestação dos serviços, o quadro de funcionários da equipe fixa com mão de obra especializada para os serviços de operação e manutenção da ETE Catanduva, durante o todo período especificado no contrato.

5.3.2. Deverão ser realizados treinamentos da mão de obra para os serviços na ETE Catanduva:

5.3.2.1. Treinar a equipe operacional fixa, às suas expensas, realizando e exigindo a participação obrigatória dos funcionários em cursos de treinamento de operação e manutenção dos equipamentos da ETE.

5.3.2.2. Os treinamentos devem contemplar as rotinas operacionais, de laboratório e de funcionamento dos equipamentos envolvidos no processo de tratamento.

5.3.3. Garantir o tratamento ininterrupto de esgotos sanitários afluentes à ETE com remoção média mensal mínima.

5.3.4. Informar a SAEC sobre a necessidade de troca/substituição em equipamentos de grande porte, tais como de bombas submersíveis de recalque, transformadores de alta tensão, painéis elétricos e de automação, válvulas de controle diversas, entre outros, cuja troca/substituição ocorrerão conforme especificado no contrato.

5.3.5. Manter permanentemente atualizado no local, um diário de operação e manutenção, onde será feito o registro dos serviços de operação e manutenção, ocorrências, etc. As decisões a serem tomadas deverão serem discutidas oficialmente entre a SAEC e a CONTRATADA.

5.3.6. Disponibilizar à SAEC, pronta e corretamente, a qualquer momento, sem qualquer restrição de sigilo, segredo ou privacidade, e sem prejuízo à integral e exclusiva obrigação quanto ao atendimento das rotinas de operação e manutenção, livre acesso em todas as partes e instalações da ETE Catanduva, aos seus laboratórios e às informações operacionais necessárias à comprovação do cumprimento pactuadas no presente contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos pertinentes, para a inspeção e fiscalização dos serviços por parte da SAEC, sem que isso desobrigue a CONTRATADA das suas responsabilidades.

5.3.7. A CONTRATADA deverá sempre verificar o bom funcionamento do sistema supervisorado da ETE Catanduva, checando regularmente a correta medição e informação "on line" de todos os parâmetros monitorados no computador, e prestar manutenção preventiva e corretiva contínua no sistema, conforme especificado no contrato.

5.3.8. Disponibilizar à pedido da SAEC, o acesso às informações do controle operacional, sistema supervisorado e monitoramento/gestão "on line" da ETE Catanduva.

5.3.9. Permitir a realização de Visitas Técnicas de terceiros, desde que sejam aprovadas, programadas e acompanhadas pelo SAEC.

5.3.10. Comunicar imediatamente a SAEC qualquer desvio e/ou extravasamento de esgotos, programado, emergencial ou acidental. Somente será admitido como emergencial o desvio do



esgoto bruto afluente à ETE para proteção do processo de tratamento, como chuvas de grande intensidade que consequentemente alterem as características do esgoto bruto e as condições previstas no projeto da ETE (diluição da concentração da Demanda Química de Oxigênio, Demanda Bioquímica de Oxigênio, aumento considerável da vazão de esgoto bruto, entre outros parâmetros).

5.3.11. A CONTRATADA, mediante aceite da SAEC, deverá prever e gerenciar o recebimento de caminhões tipo limpa-fossa com esgotos e lodos predominantemente domésticos e realizar análises de controle do material a ser recebido.

5.3.12. Responsabilizar-se por todo o planejamento e execução dos serviços nos seus aspectos administrativos e técnicos.

5.3.13. Os materiais, ferramentas, acessórios e equipamentos a serem empregados na execução dos serviços de operação, manutenção e laboratório da ETE Catanduva, apresentadas pela CONTRATADA, deverão ser de primeira qualidade, de marcas com certificado de garantia, atendendo as respectivas normas de segurança e qualidade da ABNT.

5.3.14. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única responsável por danos ou prejuízos que vier a causar a SAEC, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço objeto do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a SAEC, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

5.3.14.1. Sua negligência, imperícia ou omissão;

5.3.14.2. Infiltração de qualquer espécie ou natureza;

5.3.14.3. Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros, em tudo o que se referir ao objeto do Contrato;

5.3.14.4. Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, seus empregados ou de terceiros, na operação ou em decorrência dela.

5.3.15. Providenciar para que seus funcionários e agentes, sejam registrados junto às repartições competentes e portem crachá de identificação.

5.3.16. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela conduta de seu pessoal, respondendo pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção durante a realização dos serviços, podendo a Fiscalização solicitar o afastamento imediato de qualquer funcionário, cuja permanência seja considerada, a seu critério, prejudicial aos trabalhos e às boas relações com terceiros.



5.3.17. A CONTRATADA, na execução dos serviços ora tratados, sem prejuízo das estipulações contidas no presente instrumento, deverá responder por todos os atos praticados por seus prepostos, quer no âmbito administrativo, civil ou penal.

5.3.18. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência da SAEC.

5.3.19. A CONTRATADA deverá manter a funcionalidade do laboratório de análises existente na ETE Catanduva.

5.3.20. Observar integralmente as disposições legais relativas ao sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais;

5.3.21. Designar, por escrito, no momento do recebimento da autorização de serviços, preposto com poderes para resolver eventuais ocorrências, sendo facultado indicar um supervisor. Esse preposto deverá comparecer à sede da SAEC no prazo máximo de 02 (duas) horas após a convocação do gestor do contrato. A SAEC poderá ceder espaço nos postos para apoio administrativo, ficando as despesas com equipamentos e materiais de expediente sob responsabilidade da contratada;

5.3.22. Observar e praticar no mínimo o piso salarial de cada categoria envolvida na mão de obra empregada, conforme convenção coletiva vigente.

5.3.23. Efetuar a imediata substituição de empregados ausentes, vedada a prorrogação da jornada de trabalho (dobra) em quaisquer das atividades envolvidas;

5.3.24. Garantir que os colaboradores envolvido possuam, escolaridade correspondente aos postos que serão respectivamente ocupados;

5.3.25. Manter efetivo suficiente para a substituição imediata de empregados que cometam faltas graves, impedindo seu retorno às instalações da contratante;

5.3.26. Atender prontamente às solicitações da contratante quanto à substituição de empregados considerados inadequados ou não qualificados;

5.3.27. Instruir seus empregados sobre a necessidade de acatar as orientações da contratante, especialmente quanto às normas internas e de segurança do trabalho, incluindo medidas de prevenção contra incêndio;

5.3.28. Cumprir integralmente a legislação vigente relativa à segurança e saúde ocupacional;

5.3.29. Assumir integral responsabilidade pelo atendimento a empregados acidentados ou acometidos por mal súbito;

5.3.30. Realizar controle efetivo de assiduidade e pontualidade dos empregados fornecendo mensalmente, junto com a nota fiscal de prestação de serviços, folha ponto/ou registro do relógio ponto dos funcionários envolvidos na execução dos serviços ou de eventuais repositores, a fim de demonstrar a cobertura de todos os postos durante o respectivo período de execução;



5.3.31. Comunicar de imediato à contratante quaisquer ocorrências que possam interferir na execução do contrato;

5.3.32. Apresentar mensalmente, juntamente com a nota fiscal, comprovantes de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS;

5.3.33. Nos termos do artigo 50 da lei 14.133/2021, apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação da autarquia, sob pena de multa diária, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes aos empregados vinculados ao contrato, especialmente quanto a:

- A) recolhimento da contribuição previdenciária do empregador e do empregado;
- B) recolhimento do FGTS do mês imediatamente anterior;
- C) pagamento de salários no prazo legal;
- D) fornecimento de vale-transporte e auxílio alimentação;
- E) pagamento do 13º salário – oportunamente;
- F) concessão de férias e pagamento do respectivo adicional;
- G) realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- H) realização de cursos de treinamento e reciclagem, se aplicável;
- I) cumprimento de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;
- J) atendimento à CLT quanto aos direitos dos empregados vinculados ao contrato.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização serão realizadas conforme disposições previstas nos artigos 52 e 53 da Portaria nº 43/2024.

6.1.1. Fiscal do contrato: Biólogo Auro Silva Garcia Filho (Matrícula 1480).

6.1.2. Equipe técnica de apoio: Engenheiro Civil João Cesar Mendes Meneghelli (Matrícula 007609).

6.2. Do recebimento provisório e definitivo: o recebimento provisório e definitivo serão regidos pela Portaria n.º 43, de 06 de fevereiro de 2024 da Saec, Capítulo IV, Seção III, Art's. 74 ao 80.

7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. As medições de obra serão regidas pela Portaria n.º 43, de 06 de fevereiro de 2024 da Saec, Capítulo IV, Seção III, Art. 69 ao 73.

7.2. Deverá ser apresentado os seguintes documentos juntamente com o pedido de medição:

- 1) CND Federal;
- 2) CND Estadual;
- 3) CND Municipal;



- 4) CNDT;
- 5) CRF;
- 6) Guias GFIP e SEFIP juntamente com os comprovantes de pagamento das taxas;
- 7) Diários de obras/ocorrências;
- 8) Cronograma físico-financeiro atualizado;
- 9) Relatórios (se solicitados);
- 10) Atentimento integral de todas as verbas e benefícios pertinentes a cada qual das funções exercidas.

7.2. Condições de Pagamento

7.2.1. Do valor firmado, serão glosadas eventuais faltas aos postos indicados na prestação dos serviços, que não tenham sido devidamente repostos (cobertos) pela contratada no período, além de configurar falha na execução contratual, passível de sanção nos termos legais;

7.2.2. O pagamento será realizado mediante depósito em conta concorrente bancária, conforme opção da empresa;

7.2.3. A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará na suspensão do pagamento até a devida regularização;

7.2.4. O prazo de pagamento será contado a partir da data de aprovação da comprovação completa pela contratante.

7.3. Prazo de pagamento

Os prazos para pagamentos dos serviços em 15 dias após a emissão da nota fiscal.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção da contratada se dará por procedimento licitatório, na modalidade concorrência eletrônica, com disputa aberto, com critério de julgamento menor preço global, conforme disposto no Art. n.º 56 na Lei nº 14.133/2021. O processo de seleção será realizado em etapas sucessivas, com o objetivo de assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração conjugando a habilitação técnica profissional e operacional da licitante e a sua proposta de preços.

8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.1. Certidão de Registro junto ao Conselho de Classe (CREA ou CFT ou CAU) com seu respectivo Engenheiro/Técnico como responsável técnico, com validade na data da apresentação da proposta.



8.1.2. Atestado de Capacidade Técnica, compatível com o objeto desta licitação, ou seja, comprovando nos atestados a execução de serviços com características semelhantes ao objeto licitado, fornecido por empresa de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes;

8.1.2.1. O comprovante de execução de serviços com características semelhantes ao objeto licitado, verificado através de atestado, será aceito desde que contemple no mínimo 50% da execução pretendida, conforme súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

8.1.2.2. Item de maior relevância: - Operação e manutenção de Estação de Tratamento de Esgotos Domésticos (lagoas aeradas precedidas por lagoas de decantação) e estação elevatória de esgoto brutos, com vazão de tratamento de 360 L/s, por período mínimo ou superior a 12 meses contínuos.

8.1.3. Declaração do licitante de que disporá, como condição para assinatura do contrato, de profissional de nível técnico ou superior, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT (anexar os acervos), comprovando-se a execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação e que se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, conforme Súmula 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

8.1.3.1. A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, conforme Súmula 25 do TCESP;

8.1.3.2. **O(s) profissional(is) indicado(s)** pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional **deverão participar** dos serviços objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme estabelece o parágrafo 6º do artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.2. VISITA TÉCNICA

8.2.1. A Visita Técnica será FACULTATIVA, porém as empresas licitantes interessadas em participar do presente certame licitatório, poderão enviar profissional, através de apresentação de carta credencial, para proceder com Visita Técnica até à data de abertura da sessão, de acordo com prévio agendamento junto à SAEC através dos telefones 3531-0600 e/ou pelo e-mail: saec@saec.sp.gov.br, joao.meneghelli@saec.sp.gov.br.



8.2.2. A visita técnica será acompanhada por servidor da SAEC, devidamente designado, o qual expedirá o Atestado de Visita Técnica, em 02 (duas) vias; uma via do Atestado de Visita Técnica será entregue ao representante da empresa licitante e a outra via será juntada aos autos do processo licitatório.

8.2.3. A Visita Técnica prévia tem por finalidade obter, para a utilização e de exclusiva responsabilidade das empresas licitantes, todas as informações necessárias à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução, formas e condições de suprimentos, meios de acesso ao local, entre outros. Todos os custos associados à visita serão de inteira responsabilidade da empresa licitante.

8.2.4. Oferecidas pela SAEC todas as informações sobre a execução do objeto em questão e também disponibilizada a visita técnica, não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre o objeto ou condições do local.

8.2.5. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir o Atestado de Visita Técnica por Declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.3. Qualificação Econômico-financeira

Conforme exigências dos editais padronizados da SAEC.

8.4. Participação de consórcio

Não serão admitidas empresas em consórcio uma vez que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital o que, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, opta-se com base no poder discricionário da Administração por manter a vedação, da participação de empresas em “consórcio” neste certame.

8.5. Garantia de proposta

Conforme exigências dos editais padronizados da SAEC.

8.6. Condições para assinatura do contrato

a) Comprovação do vínculo profissional do profissional responsável técnico, nos termos da Súmula 25 do TCESP.



9. PREÇOS APURADOS COM A EQUIPE FIXA, EVENTUAL E CUSTOS VARIÁVEIS:

9.1. Os preços com equipe fixa e eventual foram obtidos através da seguinte metodologia:

Para composição do preço “teto” objeto desta licitação, os preços dos insumos e mão de obra foram coletadas nas planilhas oficiais dos Boletins técnicos do “SINAPI” - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, fonte de referência brasileira de custos para obras e serviços de engenharia, por determinação do Decreto 7.983/2013, em parceria entre a CAIXA e o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mês referência 01/2026, emitido em 10/02/2026, obtida pelo endereço: https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_888, acessadas em 03/03/2026. Os custos variáveis foram obtidos através de cotações com empresas de locação e internet.

9.1.1. Composição dos preços das remunerações dos profissionais (fixos e eventuais):

para o valor dos preços das composições das remunerações dos profissionais, os mesmos foram obtidos nos boletins acima indicados, sendo elaboradas as planilhas específicas anexas, intituladas “**Discriminação dos serviços, mão de obra vinculada à execução contratual, Anexo III-A**”, onde no item 4, foram mostradas as referências (SINAPI), os códigos dos insumos e as respectivas páginas onde encontram-se os preços das remunerações, cujos encargos sociais foram fixados em 58,51% (com desoneração). Estes percentuais foram divididos das remunerações totais (dos boletins), chegando-se a valores do salário a ser adotado; e a estes foram acrescentados os percentuais de insalubridades e adicionais noturnos (quando forem os casos), sendo por fim calculados os valores dos salários mensais a serem pagos aos profissionais (Módulo1 das planilhas).

Notar que as composições levam em consideração as especificidades dos profissionais trabalharem em regime tanto mensal quanto horistas.

9.1.2. CÁLCULO DOS MÓDULOS 2 e 3

Na sequência aparecem os **Módulos 2**, com benefícios mensais e diários, obtidos e consultados em convenções coletivas da categoria e também no SINAPI; no **Módulo 3**, são calculados os insumos diversos que foram obtidas nas cotações na própria SAEC e nas composições obtidas nas planilhas do próprio SINAPI. Estes benefícios não têm natureza salarial.

9.1.3. TABELAS DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS ADOTADOS. Fonte: SINAPI:

Referências para Custos Horários e Encargos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil / Caixa Econômica Federal. – 8ª Ed. – Brasília: CAIXA, 2026.



Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-metodologia/Livro_sinapi_Calculos_Parametros.pdf. Acessado em 03/03/2026.

SINAPI – Cálculos e Parâmetros

CAIXA

Unidade Federativa	Responsabilidade do Empregador	Custo Mensal (R\$ / mês)	Horas Efetivamente Trabalhadas por Mês	Custo Horário (R\$ / hora)
RONDÔNIA	Café da manhã ou ticket (R\$4,75), refeição (desconto de 1% salário base) ou ticket refeição (R\$15,80) e cesta básica (R\$168,50)	617,7	164,42	3,76
RORAIMA	Café da manhã (R\$ 5,00), refeição (R\$ 16,00) (desconto de 0,5% do salário base) e cesta básica (R\$110,00)	583,39	165,82	3,52
RIO GRANDE DO SUL	Vale mensal de R\$380,00 ou cesta básica sendo apenas 80% responsabilidade do empregador	304	166,85	1,82
SANTA CATARINA	CCT não obriga fornecer alimentação (facultativo)			
SERGIPE	Café da manhã , refeição (é possível a realização de desconto de 15% dos custos com a alimentação) e cesta básica (R\$205,00)	499,2	168,73	2,96
SÃO PAULO	Café da manhã+ Lanche (no mínimo 95% do valor e opção entre (95%): vale supermercado mensal (R\$485,00) ou refeição ou ticket (R\$31,80)	743,12	165,98	4,48
TOCANTINS	Café da manhã e Almoço (preço máximo descontado de 10% do custo direto das refeições)	395,65	165,67	2,39

SINAPI – Cálculos e Parâmetros

CAIXA

Apêndice 52 – Encargos Complementares – São Paulo

SÃO PAULO

VIGÊNCIA A PARTIR DE01/2026

ALIMENTAÇÃO		TRANSPORTE		SEGURO	
Responsabilidade do empregador conforme a CCT	Café da manhã+ lanche (no mínimo 95% do valor) (a parte não subsidiada pela empresa não poderá ser superior a 15% do salário base e opção entre (95%): vale	Responsabilidade do empregador conforme a CCT	CCT omissa. Aplicar a lei	Considerações para formulação da proposta	o
Item	Valores considerados	Item	Valores considerados	Item	Valores considerados
CAFÉ DA MANHÃ (R\$/dia)	R\$ 7,18	VALOR DA PASSAGEM	R\$ 6,95	MORTE/MORTE ACIDENTAL/INVALIDEZ DO SEGURADO	R\$ 71.826,86
REFEIÇÃO (R\$/dia)	R\$ 485,00	CUSTO MENSAL DE TRANSPORTE (22,89 dias/mês)	R\$ 119,52	MORTE DO CONJUGE	R\$ 5.387,03
CESTA BÁSICA (R\$/mês)	R\$ 485,00	SALÁRIO BASE	R\$ 2.376,40	MORTE DO FILHO/ DOENÇA CONGÊNITA FILHO	R\$ 5.387,03
OUTROS (R\$/dia)	R\$ 5,35	DESCONTO SOBRE O SALÁRIO BASE	R\$ 142,58	AUXÍLIO FUNERAL	R\$ 3.231,88
Valor Adotado - Horista (R\$/h)	R\$ 4,48	Valor Adotado - Horista (R\$/h)	R\$ 1,07	Valor Adotado - Horista (R\$/h)	R\$ 0,11
Valor Adotado - Mensalista (R\$/mês)	R\$ 743,12	Valor Adotado - Mensalista (R\$/mês)	R\$ 176,94	Valor Adotado - Mensalista (R\$/mês)	R\$ 18,28
EXAMES					
Código CBHPM	EXAMES	Quantidade	Custos Unitários	Horista (R\$/h)	Mensalista (R\$/mês)
1.01.01.01-2	EXAME CLÍNICO	4	R\$ 306,30	R\$ 0,48	R\$ 80,29
4.01.03.07-2	AUDIOMETRIA	3	R\$ 186,10	R\$ 0,40	R\$ 66,07
4.08.05.01-8	RI DIGITAL DE TORAX (DT)	2	R\$ 122,66	R\$ 0,10	R\$ 16,08
4.01.02.07-5	ESPIROMETRIA (PULMÃO)	1	R\$ 898,18	R\$ 0,35	R\$ 58,86
4.14.01.18-2	ELETCARDIOGRAMA (ECG)	1	R\$ 222,64	R\$ 0,09	R\$ 14,59
4.03.02.03-2	GLICEMIA (SANGUE - JEIUM)	1	R\$ 17,42	R\$ 0,01	R\$ 1,14
Turnover - meses:	15,26		Valores adotados	R\$ 1,43	R\$ 237,03
EPI					
EPI de Pedreiro	EPI de Soldador	EPI de Pintor	EPI de Servente	EPI de Encanador	EPI de Eletricista
1,47 R\$/h	2,24 R\$/h	1,87 R\$/h	1,54 R\$/h	1,23 R\$/h	1,38 R\$/h
244,86 R\$/mês	373,09 R\$/mês	311,25 R\$/mês	256,38 R\$/mês	205,62 R\$/mês	229,76 R\$/mês
EPI de Carpinteiro	EPI de Topógrafo	EPI de Operador de Escavadeira	EPI de Encarregado	EPI de Engenheiro	EPI de Almoço
1,45 R\$/h	0,75 R\$/h	0,92 R\$/h	1,27 R\$/h	0,92 R\$/h	0,75 R\$/h
240,95 R\$/mês	124,49 R\$/mês	153,8 R\$/mês	212,36 R\$/mês	153,93 R\$/mês	124,49 R\$/mês
FERRAMENTAS					
Ferramentas de Pedreiro	Ferramentas de Soldador	Ferramentas de Pintor	Ferramentas de Servente	Ferramentas de Encanador	Ferramentas de Eletricista
0,73 R\$/h	1,24 R\$/h	2,08 R\$/h	0,57 R\$/h	0,42 R\$/h	0,83 R\$/h
122,35 R\$/mês	206,14 R\$/mês	346,31 R\$/mês	95,69 R\$/mês	70,76 R\$/mês	139,4 R\$/mês
Ferramentas de Carpinteiro	Ferramentas de Topógrafo	Ferramentas de Operador de Escavadeira	Ferramentas de Encarregado	Ferramentas de Engenheiro	Ferramentas de Almoço
0,29 R\$/h	0,08 R\$/h	0,02 R\$/h	0,12 R\$/h	0,02 R\$/h	0,05 R\$/h
49,31 R\$/mês	14,27 R\$/mês	4,95 R\$/mês	21,33 R\$/mês	4,33 R\$/mês	9,52 R\$/mês

9.1.4. TABELAS DE FERRAMENTAS E INSUMOS ADOTADOS. Fonte: SINAPI.

A seguir, são apresentados os modelos das tabelas de insumos, ferramentas para composição dos preços e custos para prestação dos serviços, as quais incidiram o BDI.

Seguem arquivos em Excel, em formato .xlsx, disponibilizadas aos licitantes, os quais deverão preenchê-las e entregar devidamente preenchidas para posterior análises das propostas.



Itens	Quant. (a)	Valor Unitário (b)	Total (c) = a x b	Vida Útil (meses)	Valor mensal (e) = c / d	REFERÊNCIA/SAENAPI
CARRINHO DE MAO, EM ACO, COM CAPACIDADE DE *45 A 65* L / *100* KG.	2		R\$ -	12	R\$ -	002711
PNEU COM CAMARA	2		R\$ -	3	R\$ -	SAEC
ENXADA ESTREITA, EM ACO, *25 X 23* CM, COM CABO DE MADEIRA DE *150* CM	3		R\$ -	12	R\$ -	038403
ENXADÃO COM CABO	3		R\$ -	6	R\$ -	SAEC
TESOURÃO PARA PODA	3		R\$ -	6	R\$ -	SAEC
TESOURA PARA PODA, COM LÂMINA METÁLICA E CABO DE MADEIRA	3		R\$ -	6	R\$ -	SAEC
Facão Podão Para Cortar Cana Mato 15 Pol Cabo Madeira Longo	3		R\$ -	6	R\$ -	SAEC
ASPERSORES ROTATIVOS	5		R\$ -	12	R\$ -	INTERNET
TUBO PVC, RIGIDO, CORRUGADO, PERFURADO DN 100 MM, PARA DRENAGEM, SISTEMA IRRIGAÇÃO	10		R\$ -	4	R\$ -	044315
MOTOSERA	1		R\$ -	24	R\$ -	INTERNET
Cabeçote Corte Roçadeira Stihl - Trimcut C42-2 Fs160 Fs220 Preto	2		R\$ -	12	R\$ -	INTERNET
PA QUADRADA COM CABO DE MADEIRA EM Y DE 71 CM	3		R\$ -	4	R\$ -	045234
SERROTE PROFISSIONAL EM ACO TEMPERADO 20", CABO DE MADEIRA	2		R\$ -	4	R\$ -	045255
MARRETA DE ACO, OITAVADA, 500 G, COM CABO DE MADEIRA	3		R\$ -	4	R\$ -	045240
ESCADA EXTENSIVEL EM ALUMINIO, COM SAPATAS DE BORRACHA, ALTURA FECHADA 3,60 M, ALTURA ESTENDIDA DE 6,0 A 6,30 M, LARGURA MINIMA DE 35 cm, com capacidade de 120Kg.	1		R\$ -	12	R\$ -	038477
MANGUEIRA CRISTAL TRANÇADA, PVC COM REFORÇO, COM PRESSÃO DE TRABALHO (PT) 250 LBS/polp, DE 3/4" X *2,8" mm (100,00mm)	6		R\$ -	6	R\$ -	037461
VASSOURA 40 CM COM CABO	5		R\$ -	6	R\$ -	038400
REBITE DE REPUXO EM ALUMINIO VAZADO, DIÂMETRO 3,2 X 8 mm (1KG = 1025 UNIDADES)	20		R\$ -	6	R\$ -	005104
BOLSA DE LONA PARA FERRAMENTAS *50 X 35 X 25* cm	5		R\$ -	14	R\$ -	038399
SOLDADA, GALVANIZADA, CABO DE ACO GALVANIZADO, DIAMETRO 12,7 MM (1/2"), COM ALMA DE Aço, CABO INDEPENDENTE 6 X 25 Fios	24		R\$ -	3	R\$ -	041955
ROÇADEIRA COSTAL modelo Stihl FS 221	1		R\$ -	36	R\$ -	INTERNET
total					R\$ -	

FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS						
Itens	Quant. (a)	Valor Unitário (b)	Total (c) = a x b	Vida Útil (meses)	Valor mensal (e) = c / d	REFERÊNCIA/SAENAPI
PENEIRA TIPO DE PISCINA PARA REMOÇÃO DE FLUTUANTES COM CABO DE 4M	2		R\$ -	3	R\$ -	INTERNET
PENEIRA TIPO DE PISCINA PARA REMOÇÃO DE FLUTUANTES SEM CABO	2		R\$ -	3	R\$ -	INTERNET
ENGRAXADEIRA MANUAL DE 0,5 KG	3		R\$ -	6	R\$ -	INTERNET
ESMERILHadeira ANGULAR ELETRICA, DIAMETRO DO DISCO 7" (180 MM), ROTAÇÃO 8500 RPM, POTENCIA 2400W	1		R\$ -	24	R\$ -	INTERNET
Corta-tubos com capacidade de 6 - 42 mm	1		R\$ -	6	R\$ -	045244
ARCO DE SERRA REGULÁVEL PARA LÂMINAS DE 8" A 12"	3		R\$ -	4	R\$ -	045245
Chave de grifo de 24"	1		R\$ -	12	R\$ -	045246
Jogo De Chave Combinada Catraca 8 A 24mm Sata S08034t	1		R\$ -	12	R\$ -	045247
Chave inglesa 15"	2		R\$ -	12	R\$ -	045243
Chave inglesa 10"	2		R\$ -	12	R\$ -	045248
Furadeira de impacto 1/2" - 600W -	1		R\$ -	12	R\$ -	046301
Maçanico de Solda	1		R\$ -	6	R\$ -	038473
Trena	2		R\$ -	6	R\$ -	045200
Nível de bolha - alumínio - 35 cm	2		R\$ -	6	R\$ -	INTERNET
MARRETA DE ACO, OITAVADA, 500 G, COM CABO DE MADEIRA	3		R\$ -	6	R\$ -	045240
Torno/morsa de bancada número 4	1		R\$ -	12	R\$ -	045249
ESTILETE DE METAL, LÂMINA 18 MM	5		R\$ -	6	R\$ -	038384
KIT ACESSÓRIOS PARA COMPRESSOR DE AR, 5 PECAS (PISTOLAS PINTURA, LIMPEZA E PULVERIZAÇÃO, CALIBRADOR E MANGUEIRA)	1		R\$ -	24	R\$ -	038394
DIESEL, REBOCÁVEL, ACIONAMENTO MANUAL	1		R\$ -	24	R\$ -	039833
4 H Rádio Iredbras UHF R3002 Walkie Talkie Longo Alcance Cor Preto	2		R\$ -	24	R\$ -	INTERNET
HEXAGONAIS DE 1,5 MMA 10 MM - 9 PECAS	1		R\$ -	12	R\$ -	045198
LIXADEIRA ELETRICA ANGULAR, PARA DISCO DE 7" (180 MM), POTENCIA DE 2.200 W, *5.000* RPM, 220 V	1		R\$ -	24	R\$ -	INTERNET
total					R\$ -	



INSUMOS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS					
ESMERILHadeira	2	R\$ -	6	R\$ -	044531
MÚLTIPLAS APLICAÇÕES E CONTEÚDO	3	R\$ -	6	R\$ -	004229
VASELINA SÓLIDA	4	R\$ -	3	R\$ -	000151
IMPERMEABILIZANTE INCOLOR, BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, ESTOPA	2	R\$ -	3	R\$ -	000151
LIMPA VIDROS COM PULVERIZADOR	6	R\$ -	3	R\$ -	000013
CAL	2	R\$ -	3	R\$ -	044331
ÁLCOOL HIDRATADA 92º	2	R\$ -	3	R\$ -	011161
CORDA DE POLIAMIDA 12MM BOMBEIRO, PARA TRABALHO EM ALTURA, ROLO 100M	2	R\$ -	3	R\$ -	INTERNET
TORNEIRA DE MESABANCADA, PARA LAVATÓRIO, FIXA, METÁLICA CROMADA, PADRÃO POPULAR, 1/2" OU 3/4"	5	R\$ -	24	R\$ -	038200
TORNEIRA METÁLICA CROMADA DE PAREDE LONGA PARA LAVATÓRIO, COM AREJADOR, ACIONAMENTO ALAVANCA, 1/4 DE VOLTA	3	R\$ -	12	R\$ -	013415
MASSA EPOXI BICOMPONENTE PARA REPAROS DE CONCRETO	3	R\$ -	13	R\$ -	036792
50X35X25CM	2	R\$ -	14	R\$ -	038120
10 M (L X C)	2	R\$ -	15	R\$ -	004791
DESINFETANTE PRONTO USO	1	R\$ -	12	R\$ -	038399
CONCENTRADO	16	R\$ -	17	R\$ -	003146
*850 GR	3	R\$ -	3	R\$ -	044330
TALHA MANUAL DE CORRENTE, CAPACIDADE DE 2 T COM ELEVACAO DE 3 M	3	R\$ -	3	R\$ -	000122
TALHA ELÉTRICA 3 T, VELOCIDADE 2,1 M/MIN, POTENCIA 1,3 KW	1	R\$ -	36	R\$ -	010742
LOCACAO DE BOMBA SUBMERSIVEL PARA DRENAGEM E ESGOTAMENTO, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO, POTENCIA DE 4 CV, DIÂMETRO DE RECALQUE DE 3", FAIXA DE OPERACAO Q=60 M3/H (+ OU - 1 M3/H) E AMT=2 M, Q=11 M3/H (+ OU - 1 M3/H) E AMT=23M	1	R\$ -	36	R\$ -	INTERNET
total			R\$ -		

FERRAMENTAS E INSUMOS PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO						
Itens	Quant. (a)	Valor Unitário (b)	Total a x b	Vida Útil (c) = (meses)	Valor mensal (e) = c / d	cód. Sinapi
VASSOURA 40 CM COM CABO	4	R\$ -	3	R\$ -	-	044330
DETERGENTE NEUTRO USO GERAL, CONCENTRADO	4	R\$ -	3	R\$ -	-	044329
DESINFETANTE PRONTO USO	4	R\$ -	3	R\$ -	-	044330
CLORO, PARA LIMPEZA	4	R\$ -	4	R\$ -	-	00003
CERA LÍQUIDA INCOLOR MULTIUSO	4	R\$ -	5	R\$ -	-	041967
LIMPA VIDROS COM PULVERIZADOR	4	R\$ -	6	R\$ -	-	044331
BUCHA DE LIMPEZA	4	R\$ -	7	R\$ -	-	INTERNET
PANO DE CHÃO	4	R\$ -	8	R\$ -	-	INTERNET
ÁLCOOL	4	R\$ -	9	R\$ -	-	INTERNET
R\$ -			TOTAL	R\$ -	-	INTERNET

FERRAMENTAS E INSUMOS PARA MANUTENÇÃO HIDRÁULICA PREDIAL						
SIFÃO DE PIA AMERICANA	2	R\$ -	6	R\$ -	-	044945
SIFÃO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATÓRIO, 1 X 1 1/2"	4	R\$ -	12	R\$ -	-	006136
TORNEIRA DE PIA DE BANCADA	3	R\$ -	6	R\$ -	-	013415
VÁLVULA DE DESCARGA BASE 1 1/2"	1	R\$ -	12	R\$ -	-	010228
ENGATE / RABICHO FLEXÍVEL INOX 1/2" X 40 CM	4	R\$ -	12	R\$ -	-	011684
BACIA SANITÁRIA (VASO) CONVENCIONAL, DE LOUCA BRANCA, SIFÃO	1	R\$ -	6	R\$ -	-	010420
TORNEIRA METÁLICA CROMADA PARA JARDIM / TANQUE, COM BICO PLÁSTICO, CANO LONGO, DE 3/4" OU 1"	2	R\$ -	6	R\$ -	-	011762
TORNEIRA METÁLICA CROMADA, DE MESA/BANCADA, PARA COZINHA, BICA MOVEL COM REGISTRO 3/4" OU 1"	4	R\$ -	6	R\$ -	-	011772
REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATÃO FORJADO, BITOLA 3/4"	4	R\$ -	6	R\$ -	-	006016
REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATÃO FORJADO, BITOLA 1"	4	R\$ -	6	R\$ -	-	006019
VALVULA EM METAL CROMADO PARA LAVATÓRIO, 1" SEM LADRAO	1	R\$ -	12	R\$ -	-	038643
LAVATÓRIO DE LOUCA BRANCA, COM COLUNA, DIMENSÕES *44 X 35" CM (L X C)	1		12	R\$ -	-	036794
VALVULA DE ESCOAMENTO PARA TANQUE, EM METAL CROMADO, 1 1/2", SEM LADRAO, COM TAMPÃO	1		12	R\$ -	-	037588
TANQUE DE LOUCA BRANCA, COM COLUNA, *30" L	1		12	R\$ -	-	020271
				R\$ -	-	

FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS						
Itens	Quant. (a)	Valor Unitário (b)	Total a x b	Vida Útil (c) = (meses)	Valor mensal (e) = c / d	
ALICATE AMPERIMETRO, TENSÃO AC/DC, CAPACIDADE MÁXIMA 1000 A	2	R\$ -	3	R\$ -	-	045208
Alicate corte diagonal, cabo isolado 6", 1000V	2	R\$ -	3	R\$ -	-	038470
cavalete de ferro dobrável, altura 80cm	2	R\$ -	4	R\$ -	-	045194
Alicate Universal de 6", com cabo isolado (AC 1000V)	1	R\$ -	12	R\$ -	-	045206
BOLSA DE LONA PARA FERRAMENTAS	1	R\$ -	6	R\$ -	-	038399
Jogo de chave Allen, milímetro 1,5 a 10mm	3	R\$ -	4	R\$ -	-	045198
Lanterna Led a Bateria 18V	1	R\$ -	12	R\$ -	-	INTERNET
Jogo De Chave Combinada Catraca 8 A 24mm Sata S08034I	1	R\$ -	12	R\$ -	-	INTERNET
Multímetro digital capacidade de medição: Tensão AC/CC, 600V, milivolts, continuidade, resistência, diodo, capacitância, corrente DC, frequência.	2	R\$ -	12	R\$ -	-	SAEC
CÂMERA TÉRMICA	1	R\$ -	24	R\$ -	-	SAEC
total				R\$ -	-	

CÁLCULO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - MÓDULO 4



Os encargos sociais adotados no presente Edital são desonerados (COM desoneração), da folha de pagamentos da construção civil (Lei nº 13.161/2015), ou seja, obtidos com exclusão da incidência de 20% dos custos com INSS no cálculo do percentual relativo aos Encargos Sociais.

GRUPO A - MENSALISTA - DESONERADA

Compostos pelos encargos resultantes de tributos estabelecidos por Lei ou em Acordos Coletivos. Com incidência do INSS de 10% em 2026 (Tabela Grupo A).

GRUPOS B e C:

Para o cálculo do percentual de cada encargo em relação ao salário mensal, tanto do Grupo B quanto do Grupo C, foi considerado o número anual de dias impactados por cada rubrica, obtidos no cálculo para a mão de obra mensal, dividindo-se por 360 dias (30 dias x 12 meses). Neste grupo, foram desconsiderados os custos decorrentes do Repouso Semanal Remunerado, dos Feriados e de paralisações motivadas por chuvas, por se considerar que os dois primeiros estão incluídos na remuneração mensal e que não há relação significativa entre as chuvas e os serviços prestados pelos trabalhadores mensalistas.

GRUPO D:

O Grupo D considera casos de reincidência de um encargo, ou grupo de encargos, sobre outro.

- Reincidência do Grupo A de encargos sobre o Grupo B:

Fórmula: $(\text{Grupo A} \times \text{Grupo B}) - (\text{INSS} \times 13^{\circ} \text{ Salário})$

$$= (27,80\% \times 18,33\%) - (10\% \times 8,26\%) = 4,27\%.$$

- Reincidências sobre Aviso Prévio:

$$= (3,71\% + 8,00\%) + (0,10\% \times 27,80\%) = 0,32\%.$$

Na Imagem a seguir é mostrada cópia completa da planilha oficial do SINAPI, onde são detalhados os percentuais das leis sociais incidentes sobre a mão de obra, para o Estado de São Paulo, com vigência a partir de 01/2026, adotado “com desoneração”, menselistas e horistas. Ver que o INSS é de 10%, valor que deve ser adotado em 2026.

9.1.5. TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS ADOTADOS. Fonte: SINAPI: Referências para Custos Horários e Encargos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil / Caixa Econômica Federal. – 8ª Ed. – Brasília: CAIXA, 2026. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-metodologia/Livro_sinapi_Calculos_Parametros.pdf. Acessado em 03/03/2026.



Apêndice 25 – Encargos Sociais – São Paulo

SÃO PAULO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2026

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA	MENSALISTA	HORISTA	MENSALISTA
		%	%	%	%
GRUPO A					
A1	INSS	10,00%	10,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRFA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	27,80%	27,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,83%	Não Incide	17,83%	Não Incide
B2	Feriados	4,65%	Não Incide	4,65%	Não Incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,89%	0,67%	0,89%	0,67%
B4	13º Salário	10,95%	8,26%	10,95%	8,26%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,43%	Não Incide	1,43%	Não Incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B9	Férias Gozadas	11,58%	8,74%	11,58%	8,74%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	48,21%	18,33%	48,21%	18,33%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,92%	3,71%	4,92%	3,71%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	2,78%	2,09%	2,78%	2,09%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,10%	1,58%	2,10%	1,58%
C5	Indenização Adicional	0,41%	0,31%	0,41%	0,31%
C	Total	10,34%	7,79%	10,34%	7,79%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	12,31%	4,27%	18,22%	6,93%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,43%	0,32%	0,44%	0,33%
D	Total	12,74%	4,59%	18,66%	7,26%
TOTAL(A+B+C+D)		99,09%	58,51%	115,01%	71,88%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

107

Tabela de percentuais dos encargos sociais adotados. Fonte: SINAPI. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-metodologia/Livro_SINAPI_Calculos_Parametros.pdf. Acessado em 03/03/2026.

CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI) – MÓDULO 5

Ao final, é calculado o valor do BDI, desonerado, com a separação dos percentuais das despesas indiretas (DI), Lucro (L) e dos tributos (T), onde o percentual calculado para o BDI deve ser específico para cada empresa.

Neste sentido, foi adotado o que especifica o Art. 9º-A da Lei nº 14.973/2024 estabelecendo que a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da



CNAE2.0, cuja alíquota é de 4,50%, deverão ser aplicadas bases de cálculos específicas a cada ano.

Desse modo, durante o regime de transição estão sendo adotadas as alíquotas indicadas a seguir:

* 80% de 4,50% em 2025, resultando na alíquota de 3,60%;

** 60% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,70%;

*** 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.

Quanto ao BDI, foram utilizados os valores apresentados no Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, sendo que o percentual foi definido em 25,87%.

Os custos variáveis foram obtidos através da seguinte metodologia:

A composição do item de locação de motos e utilitários foi composta através da pesquisa na internet e consultas em empresas especializadas em locação de veículos.

Estes veículos serão de exclusiva para utilização nas instalações da ETE e EEEB, dos colaboradores da contratada, e necessária para o deslocamento dos mesmos durante as atividades laborais diárias.

Deverão estar licenciados, cujas despesas com combustível e manutenções não inclusos, sendo estes por conta do contratado.


Os custos com o Plano de controle operacional também foram obtidos através de consulta com planilhas oficiais do CDHU.

MODELOS A SEREM PREENCHIDOS -PLANILHAS DE PREÇOS




			RESP.	FLS.
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)				
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)		mar/26	
B	Contratante - Município/UF		SAEC Catanduva SP	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
D	Nº de meses de execução contratual		12 meses	
Identificação do Serviço				
Tipo de Serviço			Quantidade Total a Contratar	
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva			1	
Anexo III-A - Mão-de-obra				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra				Valor (R\$)
1	Tipo de serviço			MENSALISTA
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	R\$ 0,00	58,51%	R\$ 0,00
3	Categoria profissional CBO	SUPERVISOR DE OP. E MANUTENÇÃO 7102-05		
4	Fonte: SINAPI - DATA EMISSÃO 10/02/26	SINAPI (REF. 01/2026) COD. INSUMO:040818, PÁG. 47/178		
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA			
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração			PERCENTUAL
A	Salário mensal	R\$ 0,00		
B	Adicional Insalubridade	20,00% R\$ -		
C	Adicional noturno (Gratificação)	5,00% R\$ -		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 0,00	
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
2	Benefícios Mensais e Diários			Quantidade
A	Transporte (Tarifa R\$ x 2 x 22) - (6% x Sal.Base)	44,00	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio alimentação (adotado SINAPI)	22	R\$ -	R\$ -
C	Cesta Básica	1	R\$ -	R\$ -
D	Contribuição Sindical	1	R\$ -	R\$ -
E	Custos com ASO e exames complementares	1	R\$ -	R\$ -
F	SEGURO DE VIDA	1	R\$ -	R\$ -
G	Assistência à saúde médica e odontológica	1	R\$ -	R\$ -
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ -	
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS				
3	Insumos Diversos			Quantidade
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	1	R\$ -	R\$ -
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)	1	R\$ -	R\$ -
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)	1	R\$ -	R\$ -
D	Insumos Diversos	1	R\$ -	R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ -	
SOMATÓRIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1+M2+M3)			R\$ 0,00	
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOTADA (REMUNERAÇÃO x leis sociais)				
GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS:				
4.1	Encargos previdenciários e FGTS			Percentual
A1	INSS	10,00%		R\$ -
A2	Sesi ou Sesc	1,50%		R\$ -
A3	Senai ou Senac	1,00%		R\$ -
A4	Incrá	0,20%		R\$ -
A5	SEBRAE	0,60%		R\$ -
A6	Salário Educação	2,50%		R\$ -
A7	FGTS	8,00%		R\$ -
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00%		R\$ -
A9	SECONSI	1,00%		R\$ -
TOTAL			27,80% R\$ -	
GRUPO B - 13º Salário				
4.2	ENCARGOS E 13º Salário			Valor (R\$)
B1	auxílio enfermidade	0,67%		R\$ -
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26%		R\$ -
B3	Licença paternidade	0,05%		R\$ -
B4	faltas justificadas	0,56%		R\$ -
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02%		R\$ -
B6	férias gozadas	8,74%		R\$ -
B7	salário maternidade	0,03%		R\$ -
Subtotal			18,33% R\$ -	
GRUPO C - Aviso prévio				
4.3	AVISO PRÉVIO			Valor (R\$)
A	aviso prévio indenizado	3,71%		R\$ -
B	aviso prévio trabalhado	0,10%		R\$ -
C	Férias indenizadas	2,09%		R\$ -
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58%		R\$ -
E	Indenização adicional	0,31%		R\$ -
Subtotal			7,79% R\$ -	
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS				
4.4	Composição do Custo de reincidências			Valor (R\$)
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27%		R\$ -
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320%		R\$ -
Subtotal			4,59% R\$ -	
4.5 Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)			58,51% R\$ -	
MÓDULO 5 - CÁLCULO DO CBO (Adotado SAEC) - DESONERADO, de acordo com (I)				
5.1	PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (DI)			Percentuais
A	Administração central (AC)	0,00%		
B	Seguros e garantias (SG)	0,00%		
C	Riscos e contingências (R)	0,00%		
D	Despesas financeiras (DF)	0,00%		
5.2	PERCENTUAL DE LUCRO			
E	Lucro (L)	0,00%		
5.3	PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS			
F	ISSQN (I)	0,00%		
G	PIS (I)	0,00%		
H	COFINS (I)	0,00%		
I	CPRB (conf. Lei 14.973/024)**	0,00%		
Fórmula BDI	$BDI = \left(\frac{(1 + AC + SG + R) + (1 + DF) + (1 + L) - 1}{(1 - I)} \right) \times 100$			0,00%
TOTAL DO VALOR BDI = multiplicação de Módulo 1+2+3+BDI			= R\$ 0,00 X 0,00% R\$ -	
6 Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
M1 Módulo 1 - Composição da Remuneração				Valor (R\$)
M2 Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários				R\$ -
M3 Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)				R\$ -
M4 Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas				R\$ -
Subtotal (A + B + C + D)				R\$ -
M5 Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro				R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO				R\$ -
<small>(*) No Art. 9º-A da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária Especial de Infraestrutura - CPREI, adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 423 e 424 da CNAE 2.2, cuja alíquota é de 4,50%, deverá ser aplicada, base de cálculos especificamente para Despesa, durante o regime de transição devido ser adotada as alíquotas indicadas a seguir: ** 80% de 4,50% em 2025, resultando na alíquota de 3,60%; ** 60% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,70%; *** 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.</small>				



		RESP.	FLS.
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)	mar/26	
B	Contratante - Município/UF	SAEC Catanduva SP	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Quantidade Total a Contratar	
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva		1	
Anexo III-A - Mão-de-obra			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual			
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			Valor (R\$)
1	Tipo de serviço	MENSALISTA	
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	R\$ 0,00	58,51% R\$ 0,00
3	Categoria profissional CBO	MONTADOR DE MÁQUINAS	7252-05
4	Fonte: SINAPI - DATA EMISSÃO 10/02/26	SINAPI (REF. 01/2026) COD. INSUMO:040921, PÁG. 48/178	
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA		
6	Data base da categoria (dia/mês/ano)		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1 Composição da Remuneração		PERCENTUAL	Valor (R\$)
A	Salário mensal		R\$ 0,00
B	Adicional Insalubridade	20,00%	R\$ -
C	Adicional noturno (Gratificação)	5,00%	R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 0,00
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor Unitário Valor (R\$)
A	Transporte (Tarifa x 2 x 22 - 6% x Sal-Base)	44,00	R\$ - R\$ -
B	Auxílio alimentação (adotado SINAPI)	22,00	R\$ - R\$ -
C	Cesta Básica	1	R\$ - R\$ -
D	Contribuição Sindical	1	R\$ - R\$ -
E	Custos com ASO e exames complementares	1	R\$ - R\$ -
F	SEGURO DE VIDA	1	R\$ - R\$ -
G	Assistência à saúde médica e odontológica	1	R\$ - R\$ -
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ -
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS			
3	Insumos Diversos	Quantidade	Valor Unitário Valor (R\$)
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	1	R\$ - R\$ -
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)	1	R\$ - R\$ -
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)	1	R\$ - R\$ -
D	Insumos Diversos	1	R\$ - R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ -
E	SOMATÓRIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1+M2+M3)		R\$ 0,00
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOTADA (REMUNERAÇÃO x leis sociais)			
GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS			
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Percentual	Valor (R\$)
A1	INSS	10,00%	R\$ -
A2	Sesi ou Sesc	1,50%	R\$ -
A3	Senai ou Senac	1,00%	R\$ -
A4	Incrá	0,20%	R\$ -
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ -
A6	Salário Educação	2,50%	R\$ -
A7	FGTS	8,00%	R\$ -
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00%	R\$ -
A9	SECONSI	1,00%	R\$ -
TOTAL		27,80%	R\$ -
GRUPO B - 13º Salário			
4.2	ENCARGOS E 13º Salário		Valor (R\$)
B1	auxílio enfermidade	0,67%	R\$ -
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26%	R\$ -
B3	licença paternidade	0,05%	R\$ -
B4	faltas justificadas	0,56%	R\$ -
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02%	R\$ -
B6	férias gozadas	8,74%	R\$ -
B7	salário maternidade	0,03%	R\$ -
Subtotal		18,33%	R\$ -
GRUPO C - Aviso prévio			
4.3	AVISO PRÉVIO		Valor (R\$)
A	aviso prévio indenizado	3,71%	R\$ -
B	aviso prévio trabalhado	0,10%	R\$ -
C	Férias indenizadas	2,09%	R\$ -
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58%	R\$ -
E	Indenização adicional	0,31%	R\$ -
Subtotal		7,79%	R\$ -
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS			
4.4	Composição do Custo de reincidências		Valor (R\$)
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27%	R\$ -
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320%	R\$ -
Subtotal		4,59%	R\$ -
4.5	Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)	58,51%	R\$ -
MÓDULO 5 - CÁLCULO DO BDI (ADOTADO SAEC) - DESONERADO, de acordo com (1)			
5.1	PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (DI)	Percentuais	
A	Administração central (AC)	0,00%	
B	Seguros e garantias (SG)	0,00%	
C	Riscos e contingências (R)	0,00%	
D	Despesas financeiras (DF)	0,00%	
5.2	PERCENTUAL DE LUCRO		
E	Lucro (L)	0,00%	
5.3	PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS		
F	ISSQN (I)	0,00%	
G	PIS (I)	0,00%	
H	COFINS (I)	0,00%	
I	CPRB (conf. Lei 14.973/2024 (**))	0,00%	
Fórmula BDI		0,00%	
TOTAL DO VALOR BDI = multiplicação do Módulo 4+5*BDI =		R\$ 0,00 X	R\$ -
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			
		Valor (R\$)	
M1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -	
M2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ -	
M3	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ -	
M4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ -	
Subtotal (A + B + C + D)		R\$ -	
M5	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -	

(1) No Art. 9º-A, §1º, da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária Social (CPS) destinada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 423 e 424 do CBO 22.0, não incide a alíquota de 4,50%, devendo ser aplicada base de cálculo respectivamente Desonerada, Isenção Impostos Incidência, Isenção em alíquotas de alíquotas indicadas a seguir: 100% de 4,50% em 2025, resultando na alíquota de 3,00% e 80% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,25% e 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.





	RESP.	FLS.
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)	mar/26
B	Contratante - Município/UF	SAEC Catanduva SP
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço		Quantidade Total a Contratar
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva		1
Anexo III-A – Mão-de-obra		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		Valor (R\$)
1	Tipo de serviço	MENSALISTA
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	R\$ 0,00 58,51% R\$ 0,00
3	Categoria profissional CBO	ELETRICISTA 7156-15
4	Fonte: SINAPI - DATA EMISSÃO 10/02/26	SINAPI (REF. 01/2026) COD. INSUMO-040918, PÁG. 32/178
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA	
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	PERCENTUAL Valor (R\$)
A	Salário mensal	R\$ 0,00
B	Adicional Insalubridade	20,00% R\$ -
C	Adicional noturno (Gratificação)	5,00% R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 0,00
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
2	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade Valor Unitário Valor (R\$)
A	Transporte (Tarifa x 2 x 22 - 6% x Sal.Base)	44,00 R\$ - R\$ -
B	Auxílio alimentação (adotado SINAPI)	22,00 R\$ - R\$ -
C	Cesta Básica	1 R\$ - R\$ -
D	Contribuição Sindical	1 R\$ - R\$ -
E	Custos com ASO e exames complementares	1 R\$ - R\$ -
F	SEGURO DE VIDA	1 R\$ - R\$ -
G	Assistência à saúde médica e odontológica	1 R\$ - R\$ -
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ -
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS		
3	Insumos Diversos	Quantidade Valor Unitário Valor (R\$)
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	1 R\$ - R\$ -
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)	1 R\$ - R\$ -
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)	1 R\$ - R\$ -
D	Insumos Diversos	1 R\$ - R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ -
E	SOMATORIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1+M2+M3)	R\$ 0,00
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOTADA (REMUNERAÇÃO x leis sociais)		
GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS:		
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Percentual Valor (R\$)
A1	INSS	10,00% R\$ -
A2	Sesi ou Sesc	1,50% R\$ -
A3	Senai ou Senac	1,00% R\$ -
A4	Incrá	0,20% R\$ -
A5	SEBRAE	0,60% R\$ -
A6	Salário Educação	2,50% R\$ -
A7	FGTS	8,00% R\$ -
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00% R\$ -
A9	SECONSI	1,00% R\$ -
TOTAL		27,80% R\$ -
GRUPO B - 13º Salário		
4.2	ENCARGOS E 13º Salário	Valor (R\$)
B1	auxílio enfermidade	0,67% R\$ -
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26% R\$ -
B3	Licença paternidade	0,05% R\$ -
B4	faltas justificadas	0,56% R\$ -
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02% R\$ -
B6	férias gozadas	8,74% R\$ -
B7	salário maternidade	0,03% R\$ -
Subtotal		18,33% R\$ -
GRUPO C - Aviso prévio		
4.3	AVISO PRÉVIO	Valor (R\$)
A	aviso prévio indenizado	3,71% R\$ -
B	aviso prévio trabalhado	0,10% R\$ -
C	Férias indenizadas	2,09% R\$ -
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58% R\$ -
E	Indenização adicional	0,31% R\$ -
Subtotal		7,79% R\$ -
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS		
4.4	Composição do Custo de reincidências	Valor (R\$)
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27% R\$ -
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320% R\$ -
Subtotal		4,59% R\$ -
4.5	Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)	58,51% R\$ -
MÓDULO 5 - CÁLCULO DO BDI (ADOTADO SAEC) - DESONERADO, de acordo com (1)		
5.1	PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (DI)	Percentuais
A	Administração central (AC)	0,00%
B	Seguros e garantias (SG)	0,00%
C	Riscos e contingências (R)	0,00%
D	Despesas financeiras (DF)	0,00%
5.2	PERCENTUAL DE LUCRO	
E	Lucro (L)	0,00%
5.3	PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS	
F	ISSQN (I)	0,00%
G	PIS (I)	0,00%
H	COFINS (I)	0,00%
I	CPRB (conf. Lei 14.973/024 (**))	0,00%
Fórmula BDI		0,00%
TOTAL DO VALOR BDI = multiplicação do Módulo 4+5*BDI =		R\$ 0,00 X
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
M1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
M2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
M3	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ -
M4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ -
Subtotal (A + B + C + D)		R\$ -
M5	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ -

(1) No Art. 9º-A, §1º, da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2013, cuja alíquota é de 4,50%, deverão ser aplicadas bases de cálculo específicas para o Desoneração, durante o regime de transição, devendo ser adotados os alíquotas indicadas a seguir: 80% de 4,50% em 2024, resultando na alíquota de 3,60%; 60% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,70%; 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.



Rua São Paulo, 1.108, CEP 15.804 - 000 - Catanduva - SP
Tel: (17) 3531-0600



			RESP.	FLS.
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)				
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)	mar/26		
B	Contratante - Município/UF	SAEC Catanduva SP		
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses		
Identificação do Serviço				
Tipo de Serviço		Quantidade Total a Contratar		
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva		2		
Anexo III-A – Mão-de-obra				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra				Valor (R\$)
1	Tipo de serviço	MENSALISTA		
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	58,51%	R\$ 0,00	
3	Categoria profissional CBO	Técnico de laboratório de água e esgoto	CBO 3111-05	
4	Fonte: https://www.salario.com.br/profissao/tecnico-de-laboratorio-de-agua-e-esgoto-cbo-3111-05/			
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração	PERCENTUAL	Valor (R\$)	
A	Salário mensal		R\$ 0,00	
B	Adicional Insalubridade	20,00%	R\$ -	
C	Adicional noturno (Gratificação)	5,00%	R\$ -	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			R\$ 0,00	
MÓDULO 2- BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
2	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)
A	Transporte	44,00	R\$ -	
B	Auxílio alimentação	22,00	R\$ -	
C	Cesta Básica	1	R\$ -	
D	Contribuição Sindical	1	R\$ -	
E	Custos com ASO e exames complementares	1	R\$ -	
F	SEGURO DE VIDA	1	R\$ -	
G	Assistência à saúde médica e odontológica	1	R\$ -	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ -	
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS				
3	Insumos Diversos	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	1	R\$ -	
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)	1	R\$ -	
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)	1	R\$ -	
D	Insumos Diversos	1	R\$ -	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ -	
E	SOMATÓRIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1+M2+M3)			R\$ 0,00
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOTADA (REMUNERAÇÃO x leis sociais)				
GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS:				
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Percentual	Valor (R\$)	
A1	INSS	10,00%	R\$ -	
A2	Sesi ou Sesc	1,50%	R\$ -	
A3	Senai ou Senac	1,00%	R\$ -	
A4	Inova	0,20%	R\$ -	
A5	SEBRAE	0,05%	R\$ -	
A6	Salário Educação	2,50%	R\$ -	
A7	FGTS	8,00%	R\$ -	
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00%	R\$ -	
A9	SECONSI	1,00%	R\$ -	
TOTAL			27,80% R\$ -	
GRUPO B - 13º Salário				
4.2	ENCARGOS E 13º Salário		Valor (R\$)	
B1	auxílio enfermidade	0,67%	R\$ -	
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26%	R\$ -	
B3	Licença paternidade	0,05%	R\$ -	
B4	faltas justificadas	0,56%	R\$ -	
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02%	R\$ -	
B6	férias gozadas	8,74%	R\$ -	
B7	salário maternidade	0,03%	R\$ -	
Subtotal			18,33% R\$ -	
GRUPO C - Aviso prévio				
4.3	AVISO PRÉVIO		Valor (R\$)	
A	aviso prévio indenizado	3,71%	R\$ -	
B	aviso prévio trabalhado	0,10%	R\$ -	
C	Férias indenizadas	2,09%	R\$ -	
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58%	R\$ -	
E	Indenização adicional	0,31%	R\$ -	
Subtotal			7,79% R\$ -	
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS				
4.4	Composição do Custo de reincidências		Valor (R\$)	
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considera INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27%	R\$ -	
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320%	R\$ -	
Subtotal			4,59% R\$ -	
4.5	Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)			58,51% R\$ -
MÓDULO 5 – CÁLCULO DO BDI (ADOTADO SAEC) - DESONERADO, de acordo com (1)				
5.1	PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (DI)		Percentuais	
A	Administração central (AC) = 4,50%		0,00%	
B	Seguros e garantias (SG)		0,00%	
C	Riscos e contingências (R)		0,00%	
D	Despesas financeiras (DF)		0,00%	
5.2	PERCENTUAL DE LUCRO			
E	Lucro (L)		0,00%	
5.3	PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS			
F	ISSQN (I)		0,00%	
G	PIS (I)		0,00%	
H	COFINS (I)		0,00%	
I	CPRB (conf. Lei 14.973/2024 (**))		0,00%	
Fórmula			0	
TOTAL DO VALOR BDI = multiplicação do Módulo 1x2x3xBDI =			R\$ 0,00 X	R\$ -
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
M1	Módulo 1 – Composição da Remuneração			R\$ -
M2	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários			R\$ -
M3	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)			R\$ -
M4	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas			R\$ -
Subtotal (A + B + C + D)			R\$ -	
M5	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO				
R\$ -				
<small>(1) No Art. 9º-A da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 20, cuja alíquota é de 4,50%, deverão ser aplicadas bases de cálculo específicas acadêmicas Desoneração, durante o regime de transição, devendo ser adotadas as alíquotas indicadas a seguir: 60% de 4,50% em 2025, resultando na alíquota de 3,60%; 60% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,70%; 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.</small>				



			RESP.	FLS.
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)				
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)	mar/26		
B	Contratante - Município/UF	SAEC Catanduva SP		
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses		
Identificação do Serviço				
Tipo de Serviço		Quantidade Total a Contratar		
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva		1		
Anexo III-A – Mão-de-obra				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra				Valor (R\$)
1	Tipo de serviço	HORISTA		
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	R\$ 0,00	99,09%	R\$ 0,00
3	Categoria profissional CBO	Gerente geral		7102-05
4	Fonte: SINAPI - DATA EMISSÃO 10/02/26	SINAPI (REF. 01/2026) COD. INSUMO04083, PÁG. 47/178		
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA			
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração			Valor (R\$)
A	Salário mensal			R\$ 0,00
B	Adicional Insalubridade			R\$ -
C	Adicional noturno (Gratificação)			R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO				R\$ 0,00
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS				
2	Benefícios Mensis e Diários	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)
A	Transporte		R\$ -	R\$ 0,00
B	Auxílio alimentação		R\$ -	R\$ -
C	Cesta Básica		R\$ -	R\$ -
D	Contribuição Sindical		R\$ -	R\$ -
E	Custos com ASO e exames complementares		R\$ -	R\$ -
F	SEGURO DE VIDA		R\$ -	R\$ -
G	Assistência à saúde médica e odontológica		R\$ -	R\$ -
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS				R\$ -
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS				
3	Insumos Diversos	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	0	R\$ -	R\$ -
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)		R\$ -	R\$ -
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)		R\$ -	R\$ -
D	Insumos Diversos		R\$ -	R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS				R\$ -
E	SOMATÓRIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1-M2-M3)			R\$ 0,00
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOPTADA (REMUNERAÇÃO x leis sociais)				
GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS				
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Percentual	Valor (R\$)	
A1	INSS	10,00%	R\$ -	-
A2	Sesi ou Sesc	1,50%	R\$ -	-
A3	Senai ou Senac	1,00%	R\$ -	-
A4	Incra	0,20%	R\$ -	-
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ -	-
A6	Salário Educação	2,50%	R\$ -	-
A7	FGTS	8,00%	R\$ -	-
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00%	R\$ -	-
A9	SECONSI	1,00%	R\$ -	-
TOTAL		27,80%	R\$ -	-
GRUPO B - 13º Salário				
4.2	ENCARGOS E 13º Salário		Valor (R\$)	
B1	auxílio enfermidade	0,67%	R\$ -	-
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26%	R\$ -	-
B3	Licença paternidade	0,05%	R\$ -	-
B4	faltas justificadas	0,56%	R\$ -	-
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02%	R\$ -	-
B6	ferias gozadas	8,74%	R\$ -	-
B7	salário maternidade	0,03%	R\$ -	-
Subtotal		18,93%	R\$ -	-
GRUPO C - Aviso prévio				
4.3	AVISO PRÉVIO		Valor (R\$)	
A	aviso prévio indenizado	3,71%	R\$ -	-
B	aviso prévio trabalhado	0,10%	R\$ -	-
C	Férias indenizadas	2,09%	R\$ -	-
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58%	R\$ -	-
E	Indenização adicional	0,31%	R\$ -	-
Subtotal		7,79%	R\$ -	-
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS				
4.4	Composição do Custo de reincidências		Valor (R\$)	
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27%	R\$ -	-
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320%	R\$ -	-
Subtotal		4,59%	R\$ -	-
4.5	Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)			R\$ -
MÓDULO 5 - CÁLCULO DO BDI (ADOTADO SAEC) - DESONERADO, de acordo com (1)				
5.1	PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (Di)		Percentuais	
A	Administração central (AC)		0,00%	
B	Seguros e garantias (SG)		0,00%	
C	Riscos e contingências (R)		0,00%	
D	Despesas financeiras (DF)		0,00%	
5.2	PERCENTUAL DE LUCRO			
E	Lucro (L)		0,00%	
5.3	PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS			
F	ISSQN (I)		0,00%	
G	PIS (I)		0,00%	
H	COFINS (I)		0,00%	
I	CPRB (conf. Lei 14.973/024 (**))		0,00%	
Fórmula BDI	$BDI = \left(\frac{(1 + AC + SG + R) + (1 + DF) + (1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right) \times 100$		0	
TOTAL DO VALOR BDI = multiplicação do Módulo 1x5xBDI =		R\$ 0,00 X BDI%	R\$ -	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
M1	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ -		
M2	Módulo 2 – Benefícios Mensis e Diários	R\$ -		
M3	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ -		
M4	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ -		
Subtotal (A + B + C + D)		R\$ -		
M5	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -		
VALOR TOTAL POR EMPREGADO				
R\$ -				
<small>(*) No Art. 9º da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPROB, adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 423 e 431 da CNAE 2, cuja alíquota é de 4,50%, deverão ser aplicadas bases de cálculo específicas do ano de 2026, durante o regime de transição, devendo ser adotadas as alíquotas indicadas a seguir: 80% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 3,60%; 60% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 2,70%; 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.</small>				



CATANDUVA		SAEC		RESP.	FLS.
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)					
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)	mar/26			
B	Contratante - Município/UF	SAEC Catanduva SP			
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo				
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses			
Tipo de Serviço		Quantidade Total a Contratar			
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva		1			
Anexo III-A - Mão-de-obra					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual					
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra					Valor (R\$)
1	Tipo de serviço	MENSALISTA			
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	R\$ 0,00	58,51%	R\$ 0,00	
3	Categoria profissional CBO	Ajudante especializado			6110
4	Fonte: SINAPI - DATA EMISSÃO 10/02/26	SINAPI (REF. 01/2026) CDO - INSUMO-041085, PÁG. 71/178			
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA				
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1	Composição da Remuneração	PERCENTUAL			Valor (R\$)
A	Salário mensal				R\$ 0,00
B	Adicional Insalubridade	20,00%			R\$ -
C	Adicional noturno (Gratificação)	5,00%			R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ 0,00
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS					
2	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)	
A	Transporte (Tarifa R\$ x 2 x 22) - (6% x Sal. Base)	44,00	R\$ -	R\$ -	-
B	Auxílio alimentação (adotado SINAPI)	22,00	R\$ -	R\$ -	-
C	Gesta Básica	1	R\$ -	R\$ -	-
D	Contribuição Sindical	1	R\$ -	R\$ -	-
E	Custos com ASO e exames complementares	1	R\$ -	R\$ -	-
F	SEGURO DE VIDA	1	R\$ -	R\$ -	-
G	Assistência à saúde médica e odontológica	1	R\$ -	R\$ -	-
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS					R\$ -
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS					
3	Insumos Diversos	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)	
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	1	R\$ -	R\$ -	-
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)	1	R\$ -	R\$ -	-
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)	1	R\$ -	R\$ -	-
D	Insumos Diversos	0	R\$ -	R\$ -	-
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS					R\$ -
E	SOMATÓRIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1+M2+M3)	R\$ 0,00			
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOTADA (REMUNERAÇÃO x leis sociais)					
GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS					
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Percentual	Valor (R\$)		
A1	INSS	10,00%	R\$ -	-	
A2	Sesi ou Sesc	1,50%	R\$ -	-	
A3	Senai ou Senac	1,00%	R\$ -	-	
A4	Incap	0,20%	R\$ -	-	
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ -	-	
A6	Salário Educação	2,50%	R\$ -	-	
A7	FGTS	8,00%	R\$ -	-	
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00%	R\$ -	-	
A9	SECONSI	1,00%	R\$ -	-	
TOTAL			27,80%	R\$ -	
GRUPO B - 13º Salário					
4.2	ENCARGOS E 13º Salário				Valor (R\$)
B1	auxílio enfermidade	0,67%	R\$ -	-	
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26%	R\$ -	-	
B3	Licença paternidade	0,05%	R\$ -	-	
B4	faltas justificadas	0,56%	R\$ -	-	
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02%	R\$ -	-	
B6	férias gozadas	8,74%	R\$ -	-	
B7	salário maternidade	0,03%	R\$ -	-	
Subtotal			18,33%	R\$ -	
GRUPO C - Aviso prévio					
4.3	AVISO PRÉVIO				Valor (R\$)
A	aviso prévio indenizado	3,71%	R\$ -	-	
B	aviso prévio trabalhado	0,10%	R\$ -	-	
C	Férias indenizadas	2,09%	R\$ -	-	
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58%	R\$ -	-	
E	Indenização adicional	0,31%	R\$ -	-	
Subtotal			7,79%	R\$ -	
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS					
4.4	Composição do Custo de reincidências				Valor (R\$)
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27%	R\$ -	-	
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320%	R\$ -	-	
Subtotal			4,59%	R\$ -	
4.5	Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)				58,51%
MÓDULO 5 - CÁLCULO DO BDI (ADOTADO SAEC) - DESONERADO, de acordo com (1)					
5.1	PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (Di)				Percentuais
A	Administração central (AC)	0,00%			
B	Seguros e garantias (SG)	0,00%			
C	Riscos e contingências (R)	0,00%			
D	Despesas financeiras (DF)	0,00%			
5.2	PERCENTUAL DE LUCRO				
E	Lucro (L)	0,00%			
5.3	PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS				
F	ISSQN (I)	0,00%			
G	PIS (I)	0,00%			
H	COFINS (I)	0,00%			
I	CPRB (conf. Lei 14.973/2024 (**))	0,00%			
Fórmula BDI	$BDI = \left(\frac{(1 + AC + SG + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right) \times 100$				
TOTAL DO VALOR BDI + multiplicação do Módulo 1+2+3+BDI =					R\$ 0,00 X BDI(%)
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					Valor (R\$)
M1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -			
M2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	R\$ -			
M3	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	R\$ -			
M4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ -			
Subtotal (A + B + C + D)					R\$ -
M5	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ -			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO					R\$ -

(1) No Art. 9º-A da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, empregadores grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.2, cuja alíquota é de 4,80%, deverão ser aplicadas, base de cálculo especificada no Anexo Desoneração, a seguinte regime de transição devendo ser adotadas as alíquotas indicadas a seguir: 1) 80% de 4,50% em 2025, resultando na alíquota de 3,80%; 2) 60% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,70%; 3) 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.

106



CATANDUVA		SAEC		RESP.	FLS.
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)					
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)	mar/26			
B	Contratante - Município/UF	SAEC Catanduva SP			
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo				
D	Nº de meses de execução contratual	EVENTUAL			
Identificação do Serviço					
Tipo de Serviço		Quantidade Total a Contratar			
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva		1			
Anexo III-A - Mão-de-obra					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual					
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra					Valor (R\$)
1	Tipo de serviço	HORISTA			
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	R\$ 0,00	99,09%	R\$ 0,00	
3	Categoria profissional CBO	PEDREIRO			7102-05
4	Fonte: SINAPI - DATA EMISSÃO 10/02/26	SINAPI (REF. 01/2026) COD. INSUMO:04750, PÁG. 56/178			
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA				
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1 Composição da Remuneração					Valor (R\$)
A	Salário mensal				R\$ 0,00
B	Adicional Insalubridade				R\$ -
C	Adicional noturno (Gratificação)				R\$ -
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ 0,00
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS					
2 Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)
A	Transporte	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)	
B	Auxílio alimentação				R\$ 0,00
C	Cesta Básica				R\$ -
D	Contribuição Sindical				R\$ -
E	Custos com ASO e exames complementares				R\$ -
F	SEGURO DE VIDA				R\$ -
G	Assistência à saúde médica e odontológica				R\$ -
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS					R\$ -
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS					
3 Insumos Diversos					Valor (R\$)
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)	
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)				R\$ -
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)				R\$ -
D	Insumos Diversos				R\$ -
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS					R\$ -
E	SOMATÓRIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1+M2+M3)				R\$ 0,00
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOTADA (REMUNERAÇÃO x leis sociais)					
GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS:					
4.1 Encargos previdenciários e FGTS					Percentual Valor (R\$)
A1	INSS	10,00%	R\$ -		
A2	Sesi ou Sesc	1,50%	R\$ -		
A3	Senai ou Senac	1,00%	R\$ -		
A4	Incra	0,20%	R\$ -		
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ -		
A6	Salário Educação	2,50%	R\$ -		
A7	FGTS	8,00%	R\$ -		
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00%	R\$ -		
A9	SECONSI	1,00%	R\$ -		
TOTAL					27,80% R\$ -
GRUPO B - 13º Salário					
4.2 ENCARGOS E 13º Salário					Valor (R\$)
B1	auxílio enfermidade	0,67%	R\$ -		
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26%	R\$ -		
B3	Licença paternidade	0,05%	R\$ -		
B4	faltas justificadas	0,56%	R\$ -		
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02%	R\$ -		
B6	férias gozadas	8,74%	R\$ -		
B7	salário maternidade	0,03%	R\$ -		
Subtotal					18,33% R\$ -
GRUPO C - Aviso prévio					
4.3 AVISO PRÉVIO					Valor (R\$)
A	aviso prévio indenizado	3,71%	R\$ -		
B	aviso prévio trabalhado	0,10%	R\$ -		
C	Férias indenizadas	2,09%	R\$ -		
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58%	R\$ -		
E	Indenização adicional	0,31%	R\$ -		
Subtotal					7,79% R\$ -
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS					
4.4 Composição do Custo de reincidências					Valor (R\$)
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27%	R\$ -		
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320%	R\$ -		
Subtotal					4,59% R\$ -
4.5 Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)					58,51% R\$ -
MÓDULO 5 - CÁLCULO DO BDI (ADOTADO SAEC) - DESONERADO, de acordo com (1)					
5.1 PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (DI)					Percentuais
A	Administração central (AC)	0,00%			
B	Seguros e garantias (SG)	0,00%			
C	Riscos e contingências (R)	0,00%			
D	Despesas financeiras (DF)	0,00%			
5.2 PERCENTUAL DE LUCRO					
E	Lucro (L)	0,00%			
5.3 PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS					
F	ISSQN (I)	0,00%			
G	PIS (I)	0,00%			
H	COFINS (I)	0,00%			
I	CPRB (conf. Lei 14.973/2024 (**))	0,00%			
Fórmula BDI = $\frac{(1 + AC + SG + R) + (1 + DF) + (1 + L)}{(1 - I)} - 1$					0
TOTAL DO VALOR BDI = multiplicação do Módulo 1+2+3 BDI =					R\$ 0,00 X 80% = R\$ -
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					
M1 Módulo 1 - Composição da Remuneração					R\$ -
M2 Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários					R\$ -
M3 Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)					R\$ -
M4 Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas					R\$ -
Subtotal (A + B + C + D)					R\$ -
M5 Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro					R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO					R\$ -

(1) No Art. 9º-A da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos artigos 421, 422, 425 e 431 da CNAE-2, cuja alíquota é de 4,50%, deverá ser aplicadas, sobre o valor da CTPS, as alíquotas indicadas a seguir: 1) 80% de 4,50% em 2025, resultando na alíquota de 3,60%; 2) 60% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,70%; 3) 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.



				RESP.	FLS.
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)					
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)	mar/26			
B	Contratante - Município/UF	SAEC Catanduva SP			
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo				
D	Nº de meses de execução contratual	EVENTUAL			
Identificação do Serviço					
Tipo de Serviço		Quantidade Total a Contratar			
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva		1			
Anexo III-A – Mão-de-obra					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual					
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra					Valor (R\$)
1	Tipo de serviço	HORISTA			
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	R\$ 0,00	99,09%	R\$ 0,00	
3	Categoria profissional CBO	SERVENTE DE OBRAS			7152
4	Fonte: SINAPI - DATA EMISSÃO 10/02/26	SINAPI (REF. 01/2026) COD. INSUMO-04750, PÁG. 56/178			
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA				
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1	Composição da Remuneração				Valor (R\$)
A	Salário mensal				R\$ 0,00
B	Adicional Insalubridade				R\$ -
C	Adicional noturno (Gratificação)				R\$ -
					TOTAL DA REMUNERAÇÃO
					R\$ 0,00
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS					
2	Benefícios Mensais e Diários				Quantidade
A	Transporte	Valor Unitário			Valor (R\$)
B	Auxílio alimentação	R\$ -			R\$ 0,00
C	Cesta Básica	R\$ -			R\$ -
D	Contribuição Sindical	R\$ -			R\$ -
E	Custos com ASO e exames complementares	R\$ -			R\$ -
F	SEGURO DE VIDA	R\$ -			R\$ -
G	Assistência à saúde médica e odontológica	R\$ -			R\$ -
					TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS
					R\$ -
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS					
3	Insumos Diversos				Quantidade
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	Valor Unitário			Valor (R\$)
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)	R\$ -			R\$ -
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)	R\$ -			R\$ -
D	Insumos Diversos	R\$ -			R\$ -
					TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS
					R\$ -
E	SOMATÓRIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1-M2-M3)				R\$ 0,00
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOTADA (REMUNERAÇÃO x feis sociais)					
GRUPO A - encargos previdenciários e FGTS					
4.1	Encargos previdenciários e FGTS				Percentual
A1	INSS	10,00%			R\$ -
A2	Sesi ou Sesc	1,50%			R\$ -
A3	Senai ou Senac	1,00%			R\$ -
A4	Incrá	0,20%			R\$ -
A5	SEBRAE	0,60%			R\$ -
A6	Salário Educação	2,50%			R\$ -
A7	FGTS	8,00%			R\$ -
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00%			R\$ -
A9	SECONSI	1,00%			R\$ -
					TOTAL
					27,80%
GRUPO B - 13º Salário					
4.2	ENCARGOS E 13º Salário				Valor (R\$)
B1	auxílio enfermidade	0,67%			R\$ -
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26%			R\$ -
B3	Licença paternidade	0,05%			R\$ -
B4	faltas justificadas	0,56%			R\$ -
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02%			R\$ -
B6	férias gozadas	8,74%			R\$ -
B7	salário maternidade	0,03%			R\$ -
					Subtotal
					18,33%
GRUPO C - Aviso prévio					
4.3	AVISO PRÉVIO				Valor (R\$)
A	aviso prévio indenizado	3,71%			R\$ -
B	aviso prévio trabalhado	0,10%			R\$ -
C	Férias indenizadas	2,09%			R\$ -
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58%			R\$ -
E	Indenização adicional	0,31%			R\$ -
					Subtotal
					7,79%
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS					
4.4	Composição do Custo de reincidências				Valor (R\$)
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27%			R\$ -
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320%			R\$ -
					Subtotal
					4,59%
4.5	Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)				58,51%
MÓDULO 5 – CÁLCULO DO BDI (ADOTADO SAEC) - DESONERADO, de acordo com (1)					
5.1	PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (DI)				Percentuais
A	Administração central (AC)	0,00%			
B	Seguros e garantias (SG)	0,00%			
C	Riscos e contingências (R)	0,00%			
D	Despesas financeiras (DF)	0,00%			
5.2	PERCENTUAL DE LUCRO				
E	Lucro (L)	0,00%			
5.3	PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS				
F	ISSQN (I)	0,00%			
G	PIS (I)	0,00%			
H	COFINS (I)	0,00%			
I	CPRB (conf. Lei 14.973/024 (**))	0,00%			
Fórmula	$BDI = \left(\frac{(1 + AC + SG + R) + (1 + DF) + (1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right) \times 100$				0
TOTAL DO VALOR BDI = multiplicação do Módulo 1x4x5*BDI =					R\$ 0,00 X BDI%
					R\$ -
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)					
M1	Módulo 1 – Composição da Remuneração				R\$ -
M2	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários				R\$ -
M3	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)				R\$ -
M4	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas				R\$ -
Subtotal (A + B + C + D)					R\$ -
M5	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro				R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO					R\$ -


(*) No Art. 9º-A da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0, cuja alíquota é de 4,50%, deverão ser aplicadas, base de cálculo e especificações do Desoneração, durante o regime de transição deverão ser adotadas as alíquotas indicadas a seguir: 1) 80% de 4,50% em 2025, resultando na alíquota de 3,60%; 2) 90% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,70%; 3) 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.



CATANDUVA		SAEC		RESP.	FLS.	
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)						
A	Data de apresentação da proposta (mês/ano)	mar/26				
B	Contratante - Município/UF	SAEC Catanduva SP				
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo					
D	Nº de meses de execução contratual	EVENTUAL				
Identificação do Serviço						
Tipo de Serviço		Quantidade Total a Contratar				
Prestação de serviços de manutenção ETE Catanduva		1				
Anexo III-A - Mão-de-obra						
Mão-de-obra vinculada à execução contratual						
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra					Valor (R\$)	
1	Tipo de serviço	HORISTA				
2	Salário adotado para composição, fonte SINAPI	R\$ 0,00	99,09%	R\$ 0,00		
3	Categoria profissional CBO	SERRALHEIRO			7152	
4	Fonte: SINAPI - DATA EMISSÃO 10/02/26	SINAPI (REF. 01/2026) COD. INSUMO:06110, PÁG. 57/178				
5	COM DESONERAÇÃO DA FOLHA					
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
1 Composição da Remuneração					Valor (R\$)	
A	Salário mensal				R\$ 0,00	
B	Adicional Insalubridade				R\$ -	
C	Adicional noturno (Gratificação)				R\$ -	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO					R\$ 0,00	
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS						
2 Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)	
A	Transporte	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)		
B	Auxílio alimentação				R\$ 0,00	
C	Cesta Básica				R\$ -	
D	Contribuição Sindical				R\$ -	
E	Custos com ASO e exames complementares				R\$ -	
F	SEGURO DE VIDA				R\$ -	
G	Assistência à saúde médica e odontológica				R\$ -	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS					R\$ -	
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS						
3 Insumos Diversos					Valor (R\$)	
A	Uniformes (Planilha Uniforme - EPI)	Quantidade	Valor Unitário	Valor (R\$)		
B	Ferramentas (Planilha Ferramentas)				R\$ -	
C	Equipamentos (Planilha Uniforme - EPI)				R\$ -	
D	Insumos Diversos				R\$ -	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS					R\$ -	
E SOMATÓRIA TOTAL DOS CUSTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO DOS MÓDULOS (M1-M2-M3)					R\$ 0,00	
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - FÓRMULA ADOPTADA (REMUNERAÇÃO x leis sociais)						
GRUPO A - Encargos previdenciários e FGTS:						
4.1 Encargos previdenciários e FGTS					Percentual Valor (R\$)	
A1	INSS	10,00%	R\$ -			
A2	Sesi ou Sesc	1,50%	R\$ -			
A3	Senai ou Senac	1,00%	R\$ -			
A4	Incra	0,20%	R\$ -			
A5	SEBRAE	0,60%	R\$ -			
A6	Salário Educação	2,50%	R\$ -			
A7	FGTS	8,00%	R\$ -			
A8	Seguro Acidente de Trabalho	3,00%	R\$ -			
A9	SECONSI	1,00%	R\$ -			
TOTAL					27,80% R\$ -	
GRUPO B - 13º Salário						
4.2 ENCARGOS E 13º Salário					Valor (R\$)	
B1	auxílio enfermidade	0,67%	R\$ -			
B2	13º (décimo-terceiro) salário	8,26%	R\$ -			
B3	Licença paternidade	0,05%	R\$ -			
B4	faltas justificadas	0,56%	R\$ -			
B5	auxílio acidente de trabalho	0,02%	R\$ -			
B6	férias gozadas	8,74%	R\$ -			
B7	salário maternidade	0,03%	R\$ -			
Subtotal					18,33% R\$ -	
GRUPO C - Aviso prévio						
4.3 AVISO PRÉVIO					Valor (R\$)	
A	aviso prévio indenizado	3,71%	R\$ -			
B	aviso prévio trabalhado	0,10%	R\$ -			
C	Férias indenizadas	2,09%	R\$ -			
D	Depósito rescisão sem justa causa	1,58%	R\$ -			
E	Indenização adicional	0,31%	R\$ -			
Subtotal					7,79% R\$ -	
GRUPO D - REINCIDÊNCIAS						
4.4 Composição do Custo de reincidências					Valor (R\$)	
D1	Reincidência do Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conf. Lei 14.973/2024)	4,27%	R\$ -			
D2	Reincidência do Grupo A sobre aviso prévio trabalhado e sobre FGTS sobre aviso prévio trabalhado	0,320%	R\$ -			
Subtotal					4,59% R\$ -	
4.5 Somatória dos encargos sociais e trabalhistas (Grupos A, B, C e D)					58,51% R\$ -	
MÓDULO 5 - CÁLCULO DO BDI (ADOTADO SAEC) - DESONERADO, de acordo com (1)						
5.1 PERCENTUAIS DAS DESPESAS INDIRETAS (DI)					Percentuais	
A	Administração central (AC)	0,00%				
B	Seguros e garantias (SG)	0,00%				
C	Riscos e contingências (R)	0,00%				
D	Despesas financeiras (DF)	0,00%				
5.2 PERCENTUAL DE LUCRO						
E	Lucro (L)	0,00%				
5.3 PERCENTUAIS DOS TRIBUTOS						
F	ISSQN (I)	0,00%				
G	PIS (I)	0,00%				
H	COFINS (I)	0,00%				
I	CPRB (conf. Lei 14.973/2024 (**))	0,00%				
Fórmula BDI						
$BDI = \left(\frac{(1 + AC + SG + R) + (1 + DF) + (1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right) \times 100$					0	
TOTAL DO VALOR BDI = multiplicação do Módulo 1x2x3xBDI =					R\$ 0,00 X 80% = R\$ -	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)						Valor (R\$)
M1	Módulo 1 - Composição da Remuneração					R\$ -
M2	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários					R\$ -
M3	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)					R\$ -
M4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas					R\$ -
Subtotal (A + B + C + D)					R\$ -	
M5	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro					R\$ -
VALOR TOTAL POR EMPREGADO					R\$ -	

(1) No Art. 9º-A da Lei nº 14.973/2024 estabelece que, sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) adotada para as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos artigos 421, 422, 423 e 431 da CNAE-2, cuja alíquota é de 4,50%, deverá ser aplicadas, na base de cálculo, especificações do Dessenmodo, durante o regime de transição, devendo ser adotadas as alíquotas indicadas a seguir: 1º 80% de 4,50% em 2025, resultando na alíquota de 3,60%; 2º 60% de 4,50% em 2026, resultando na alíquota de 2,70%; 3º 40% de 4,50% em 2027, resultando na alíquota de 1,80%.







OBRA : Prestação de serviços de manutenção ETE

CURVA ABC DE MÃO DE OBRA E INSUMOS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PR.UNIT(R\$)	Valor(R\$)	Total ao ano	PART.(%)	PART.ACUM.(%)
1	SINAPI (REF. 01/2026)	Supervisor de Operação e Mntenção	mês	1	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
2	SINAPI (REF. 01/2026)	Montador de máquinas	mês	1	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
3	SINAPI (REF. 01/2026)	eletricista	mês	1	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
4	Pesquisa portal Salário	Operador de ETE	mês	8	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
5	Pesquisa portal Salário	Técnico em laboratório	mês	2	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
6	SINAPI (REF. 01/2026)	Gerente geral	horas	100	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
7	SINAPI (REF. 01/2026)	Ajudante especializado	mês	2	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
8	SINAPI (REF. 01/2026)	Pedreiro	horas	72	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
9	SINAPI (REF. 01/2026)	Servente de obras	horas	72	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
10	SINAPI (REF. 01/2026)	Serralheiro	horas	48	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
11	cotação saec	Locação de motocicleta 125cc	mês	12	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
12	cotação saec	Locação de veículo utilitário, modelo pick-up	mês	12	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
13	CDHU	Plano de controle operacional	mês	12	R\$ -	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL GERAL:							0,00	#DIV/0!	

RESP.

FIS.



SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ETE CATANDUVA															
Superintendência de Água e Esgoto de Catanduva SAEC															
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO															
Nº	DESCRIÇÃO	TOTAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	TOTAL
1	SUPERVISOR DE O E	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2	MANUTENÇÃO	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3	MONITADOR DE MÁQUINAS	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4	ELETRICISTA	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5	OPERADOR DE ETE	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6	TÉCNICO EM LABORATÓRIO	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7	GERENTE GERAL	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8	AJUDANTE ESPECIALIZADO	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9	FEDREIRO	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10	SERVEANTE DE OBRAS	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11	SERRALHEIRO	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL MÃO DE OBRA		RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL/SALDO		RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVIÇOS SOB DEMANDA															
12	LOCAÇÃO DE MOTO	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13	LOCAÇÃO DE UTILITÁRIO	RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PLANO DE CONTROLE		RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL		RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MEDIÇÕES															
SALDO		RS 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00	RS 0,00

RESP.	FLS.



MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DO LICITANTE *	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
Endereço <u>Completo</u> : (Rua/Avenida, nº, Bairro, CEP, Cidade - UF)	
CEP:	FONE/FAX: e-mail:
DADOS COMPLEMENTARES DA PROPONENTE	
Listar os dados abaixo DE CADA UM DOS SÓCIOS da empresa (pessoa física ou jurídica):	
Nome/Razão Social:	Endereço <u>Completo</u> : CPF/CNPJ:
RG/INSCRIÇÃO ESTADUAL:	Cargo do Sócio**
Indicar dados DA CONSTITUIÇÃO / ULTIMA ALTERAÇÃO da empresa da seguinte forma:	
Tipo de Registro: ***	Nº do Registro:
Data de Registro:	
RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO	
Nome:	Nacionalidade: Estado Civil:
Data de Nascimento:	Profissão: RG: CPF:
e-mail: (não pode repetir o do campo acima informado) Telefone:	
Endereço <u>Completo</u> :	
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA	
Banco:	
Agência:	
Conta:	

* O preenchimento desta ficha é obrigatório para envio de informações ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO e deverá ser apresentada juntamente com a proposta, conforme exigências do edital.

** (Representante Legal; Demais membros do quadro societário; Micro Empreendedor Individual)

*** (Cartório de Registro, títulos e documentos; Junta comercial; OAB; Portal do empreendedor)

- Os preços unitários e seus totais de acordo com planilha abaixo.

- A Comissão Julgadora de Licitação poderá solicitar, para melhor avaliação, detalhamento das condições de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos.



PLANILHA DE REFERÊNCIA DE PREÇOS conforme “MODELOS A SEREM PREENCHIDOS -PLANILHAS DE PREÇOS” no Termo de Referência (anexo III do edital).